

Centro de Estudos Baianos

CARLOS OTT

A CASA DA CÂMARA DA CIDADE DO SALVADOR

CTL-60
ex.1
1243

PUBLICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA



31 de Julho de 1981

A CASA DA CÂMARA DA CIDADE DO SALVADOR

Carlos Ott

De várias outras Casas da Câmara do Brasil já possuímos monografias; sobre a história da Prefeitura da antiga Capital brasileira, porém, existem, por ora, apenas alguns artigos¹.

Não faltam, aliás, documentos para a elucidação do assunto. Dispomos, inclusive, de fontes que informam terem existido três Casas da Câmara na Cidade do Salvador, sendo que duas delas foram anteriores à existente atualmente. Podemos mesmo afirmar que, provavelmente, existiram quatro dessas Casas da Câmara nesta Capital, como logo veremos.

A Casa da Câmara atual, construída na segunda metade do século XVII, foi restaurada em 1969-1970, restituindo-se-lhe o estilo primitivo.

Oportuno é, portanto, escrever sua história. É o que pretendemos fazer nas páginas seguintes.

• • •

Quando, em 1549, Tomé de Souza veio fundar a Cidade do Salvador, uma das suas primeiras preocupações foi a construção de uma Casa da Câmara. Como nos primeiros meses não houvesse ainda na terra o fabrico do cal, todas as Casas então edificadas o foram à maneira indígena e por eles construídas, o que se verifica pelos registros de pagamentos, por meio de objetos, como foices, anzóis, tesouras, facas, enxadas, espelhos, etc.

A primeira Casa da Câmara da Cidade não fugiu a essa norma. Não passava ela de um tosca armação de formato redondo, feita em madeira, tendo as paredes revestidas com folhas de palmas, tiradas do uricurizeiro, sendo a parte superior coberta com material semelhante, usando-se para isto, preferencialmente, as folhas mais compridas da piassava, porque, na época, não havia coqueiros no local. Esta palmácea, convém, explicado, embora denominada “côco da Bahia”, não é nativa, mas, provinda da ilha da Madeira, é oriunda da Índia.

A primeira Casa da Câmara da Cidade do Salvador foi edificada em junho de 1549,² sendo inaugurada, ao que parece, no dia de São João, do mesmo ano. Isto provam os registros de pagamentos de madeira, palmas e outros materiais empregados nas “duas casas: uma para audiência e Câmara, nesta Cidade do Salvador e a outra, na Ribeira, onde se recolhia o sal e outras coisas”,³ quer dizer: a Alfândega; constituindo-se estes dois edifícios as mais importantes casas da nova Cidade.

De 25 de junho de 1549 em diante, fazem-se referências aos meses anteriores como: “o tempo em se edificou a Cidade do Salvador”. Por isso sempre defendo a tese de que a fundação da cidade se verificou no dia de São João e não a 29 de março, data da chegada de Tomé de Souza.

Em novembro de 1549 já Pero Jorge, Mestre da Cal⁵, estava em plena atividade, podendo-se construir outras casas de taipa⁶ e assim também outra Casa da Câmara; mas não o fizeram, contentando-se, por mais dois anos, com o barracão primitivo, coberto de palha, que deixava atravessar os aguaceiros mais fortes, recebendo luz somente por umas janelinhas e tendo o chão de barro batido. Isto prova que os portugueses tinham grande capacidade para superar os degraus de cultura que os separavam dos aborígenas, descendo até eles, o que, aliás, lhes facilitava a convivência com os índios, permanecendo por muito tempo no mesmo nível cultural, para, em seguida, levá-los consigo, na lenta subida para a formação da nova cultura, a que o índio propiciou uma forte contribuição, aliás.

Os povos nórdicos não revelam esta compreensão de referência às culturas primitivas, como o fazem os portugueses.

Enquanto a primeira Casa da Câmara da Cidade do Salvador, edificada pelos índios, ainda ostentava o título pomposo de “Casa de Audiência e Câmara”, a segunda recebia a denominação tipicamente lusitana de “Casa da Cadeia e Câmara”, como se ficou chamando, até a metade do século XIX.

A planta da segunda Casa da Câmara, feita de taipa, foi traçada pelo Mestre de obra da Cidade do Salvador, intitulado por alguns como arquiteto, Luiz Dias, sendo o edifício levantado, de empreitada, pelo taifeiro Pero André, já coberto de telhas⁸. Tal casa tinha dimensões bastante modestas, pelo menos no começo, o que atesta a ínfima quantia de 16\$350 recebida, pelo dito taifeiro, em pagamento pelo levantamento das suas paredes, metade em dinheiro e o resto em mercadorias, conforme consta dos registros nos documentos encontrados.

Ao que parece, constava ela de uma sala, com uma dependência; a primeira, melhor rebocada, tinha dimensões de 28,5 braças, em quadrado, servindo para as reuniões dos vereadores; a segunda, com 11 braças, em quadrado, destinada a cadeia. Transformando a medida antiga, correspondente a 2,20m, em medida atual, acharemos que a sala teria dimensões de 62,70ms e a cadeia 24,20ms em quadrado. Esta não tinha a menor segurança, porquanto as paredes de taipa e mesmo de tijolos, são muito frágeis. Por isso esta dependência não devia ter servido por muito tempo para prisão, sendo logo substituída por outra, com paredes de 30cm de largura, feitas com pedra bruta.

O Mestre de obras da Cidade, Luiz Dias, fez a medição da segunda Casa da Câmara, autorizando o respectivo pagamento⁹.

Evidentemente foram-se acrescentando novas salas e dependências, à proporção que surgia mais necessidade de espaço.

Todavia, na segunda geração, impôs-se a necessidade de substituir esta segunda Casa da Prefeitura por outra de pedra e cal, a respeito de cuja construção, entretanto, não encontramos documentos.

I Construção da atual Casa da Câmara da Cidade do Salvador

Quando o Governador Geral do Brasil, Francisco Barreto de Menezes, em 1657, tomou posse do Governo Central na Cidade do Salvador, ficou mal impressionado com a Sede Administrativa da Capital brasileira. Nos primeiros dois anos de seu governo não pôde tomar medidas para obviar este inconveniente, pois a Bahia, que tinha servido de trampolim para a reconquista do Nordeste brasileiro, livrando-o das cobiçosas mãos dos holandeses, ficara esgotada e falta de recursos, em vista dos enormes esforços em que tivera de empenhar-se. Mas, em 1660, Barreto de Menezes, não suportando mais divisar de seu palácio a penúria da Casa da Prefeitura, ordenou que se edificasse nova Casa da Câmara.

Causa espécie, aliás, essa decisão do Governador, pois a iniciativa deveria ser dos Vereadores, que eram os representantes da Cidade.

Não obstante, Francisco Barreto foi quem providenciou a compra das Casas situadas atrás da Cadeia, a fim de aumentar o terreno, a ser ocupado pela Prefeitura¹⁰. É que, em tempo de guerra, a representação democrática é, em geral, substituída pela autoridade governamental, que se torna mais eficiente. Este estado de coisas, aliás, perdurou ainda por mais alguns anos, como sói acontecer em casos tais. Projetou-se então levantar no lugar das aludidas casas, adquiridas para serem demolidas, “duas salas, uma para a Casa do Tribunal da mesma Câmara, a outra para a audiência dos Juizes e, por baixo, os açougues e as cadeias que se hão de acrescentar”¹¹. Com estas palavras autoritárias o Governador, Francisco Barreto de Menezes, planejou a distribuição interna da Prefeitura, traçando uma “planta baixa”.

Em 19 de novembro de 1660, Antonio Favela iniciava a demolição das referidas casas adquiridas por compra¹². Os documentos, aliás, rezam textualmente: “estava fazendo Nova Prefeitura”, não deve, porém, isto ser tomado ao pé da letra, porquanto, desde a resolução de comprar as casas, até o começo das obras da nova, só se haviam passado 23 dias, tempo suficiente apenas para lavrar as escrituras da compra. Deveria seguir-se, porém, ainda a demolição, para então iniciar-se a edificação da nova casa, tanto mais quanto foi necessário construir alicerces bem profundos, que iriam consumir centenas de carroças de pedra bruta, a ser trazida da pedreira mais próxima, provavelmente a do Gravatá, o que, naturalmente, levaria bastante tempo.

Acredita-se, aliás, que mesmo a “planta baixa” não teria sido executada por um arquiteto, o que, entretanto, não impediria a construção do prédio, uma vez que o próprio Governador já a havia traçado. Além do mais, já que a Casa da Câmara iria ocupar todo o espaço disponível, a construção podia ser iniciada sem que a “planta baixa” fosse elaborada por um arquiteto. Assim, as paredes internas de separação dos vários aposentos poderiam ser levantadas mais tarde. Tal prática foi, aliás, por nós observada na construção do Convento de São Francisco da Cidade do Salvador, onde as paredes internas, em 1692, por conseguinte seis anos depois de começadas as obras¹³, ainda não haviam sido levantadas no andar térreo.

No presente caso, não sabemos qual a profundidade dos alicerces da nova Prefeitura; mas, pela observação detalhada em outros edifícios baianos, construídos, mais ou menos, na mesma época, permitimo-nos tirar conclusões. Assim, tratando-se de uma casa de sobrado, cujos fundos teriam de ser edificadas por cima do entulho formado pelas construções anteriores, a edificação da nova Casa da Câmara deveria basear-se em alicerces de, aproximadamente, cinco metros de profundidade, por um metro de largura.

Forçosamente seria uma obra muito dispendiosa, atendendo-se a que a Cidade do Salvador, ainda não se tinha recuperado dos gastos financeiros que lhe acarretou o resgate do Nordeste brasileiro, ocupado pelos holandeses, em 1622, pelo mesmo Governador Geral, Francisco Barreto de Menezes.

Inclusive ainda estavam pagando “reparações da guerra holandesa”, imposto tributado à Cidade, em 1662, pelo mesmo Governador Geral. Tal imposto extraordinário de 140,000 cruzados, deveria ser pago por 16 anos, destinando-se, de um lado, a indenizar os bátavos e, do outro, para dar um dote condigno à Infanta D. Catarina, desposada com o Rei da Inglaterra¹⁴. Em tais circunstâncias, as paredes da nova Prefeitura só podiam erigir-se demoradamente.

Erigiram-se, entretanto, mais uma vez, devido às ordens austeras do Governador Francisco Barreto de Menezes, que não admitia recusas às suas determinações.

Neste meio tempo os Vereadores procuraram um homem capaz de lhes fazer a planta da nova Casa da Câmara, destinada a durar séculos. Hoje em dia chamar-se-ia um engenheiro, ou arquiteto para o desempenho de obra de tal porte; naquele tempo, porém, existia apenas na Cidade um arquiteto: o beneditino Fr. Macário de São João, sendo que o único engenheiro, o francês, Pedro Garim, que dirigia as obras do Forte do Mar, em fevereiro de 1660, já se havia retirado para a França, quando ainda não se falava em nova Prefeitura.

Tais circunstâncias levam a conjecturar que, provavelmente, ter-se-ia recorrido ao arquiteto Fr. Macário de São João. Todavia, o fato de ter ele sido consultado pelos mesários da Sta. Casa de Misericórdia, colaborando na planta de seu novo edifício, seis anos antes, não autoriza a tirar a conclusão de terem os Vereadores também a ele recorrido, com relação à nova Prefeitura. Certo é que, para os

primeiros, isto é, os Mesários da Sta. Casa, não havia outra alternativa; para os Vereadores, porém, seria fácil recorrer ao seu próprio “engenheiro”, ainda que denominado na época “Medidor”.

Em 1660 ocupava este cargo de “Medidor” Manoel Gonçalves Camanho, homem de idade avançada e doente. Por isso os Vereadores incumbiram do trabalho a Marcos de Mesquita Ferreira, tanto por ser perito em arquitetura, como por um gesto de gratidão, em vista de ser ele filho do engenheiro Marcos Ferreira, que tinha sido arquiteto da Cidade de Olinda-Pernambuco.

Este arquiteto, tendo sido chamado, em 1627, a Salvador, para restaurar as fortificações deterioradas por ocasião da invasão holandesa, veio a falecer quando executava tais obras¹⁵.

Poder-se-á objetar que a nomeação do novo “Medidor” somente se registrou em 22 de novembro de 1661¹⁶, isto é, um ano depois de começadas as obras da demolição das casas antigas por Antonio Favela, não podendo, portanto, ser o novo “Medidor” autor da planta da Prefeitura.

É que, nesta primeira fase dos trabalhos, prescindia-se da planta, como já foi explicado.

Além disso, quem conhece os costumes baianos, facilmente admitirá a possibilidade de a planta ter sido apresentada por Marcos de Mesquita Ferreira antes de ter sido ele nomeado “Medidor”.

Depreende-se daí que, tendo sido o seu trabalho apreciado pelos Vereadores e, principalmente, pelo Governador Geral, Francisco Barreto de Menezes, considerando-se ainda ter o mesmo sido executado gratuitamente, estes fatos lhe valeram a nomeação de “Medidor”.

Como filho que era do arquiteto da Cidade de Olinda, Marcos Ferreira teria certamente herdado uma pequena biblioteca, entre cujos livros haveria um ou outro manual de Arquitetura; provavelmente estaria trabalhando na Cidade do Salvador como Arquiteto improvisado, embora isto não conste dos documentos. Era, porém, costume baiano nomearem “Medidores” da Câmara, mestres carpinteiros ou pedreiros entre os melhores existentes na Cidade; estes, assim, eram os supostos “engenheiros civis” daquele tempo. Qualquer manual de Metodologia admite esta conclusão.

Além disso, devido ao seu sobrenome “Mesquita”, Marcos poderia ser parente do Eng. Mor Francisco de Frias de Mesquita, a quem seu pai, Marcos Ferreira, veio substituir, na Bahia, em 1627. Depreende-se isto do fato de ter ele, por obrigação inspecionar todas as fortificações no Brasil inteiro, numa época muito agitada¹⁷.

A amizade entre ambos engenheiros data certamente de 1608-1609, quando Francisco Frias de Mesquita construiu o primeiro Forte do Mar de Recife-Pernambuco, vindo então para a Bahia, no intuito de aqui construir o primeiro Forte do Mar ou da Lage¹⁸.

Muito pouco sabemos sobre a vida particular destes dois engenheiros, mas o fato de no documento da nomeação para Medidor da Câmara da Cidade do Salvador o segundo sobrenome estar ilegível e, por outro lado, a leitura perfeita do nome de seu pai, Marcos Ferreira, permite a conclusão lógica de ser o seu nome completo: Marcos da Mesquita Ferreira¹⁹. Se foi ele apenas o autor da planta da Prefeitura da Cidade do Salvador, ou se dirigiu também as suas obras, sendo Antonio Favela apenas seu pedreiro subordinado, a escassez de fontes históricas daquele tempo não permite esclarecer, pois não sabemos até que ano Marcos da Mesquita Ferreira ocupou o cargo de Medidor da Câmara.

Por outro lado, não havia dúvida de que, ao menos, de 1663-1673, o Mestre das obras reais na Bahia, Fructuoso de Araújo, dirigiu os trabalhos da fachada da Prefeitura, sendo possível que Antonio Favela continuasse a ocupar-se do restante das obras.

Neste passo, observamos, mais uma vez, a intromissão do Governador Geral, Francisco Barreto de Menezes, na administração municipal; foi ele quem, aos 26 de dezembro de 1663, deu licença a Fructuoso de Araújo para abrir nova pedreira para seu uso exclusivo, em Itapagipe, visto ter-se esgotado a anterior, de onde tirava a pedra de cantaria "para o Forte do Mar e Câmara da Cidade"²⁰.

É outro documento valiosíssimo de que extraímos estas notas: os seixos encontrados nas pedras de cantaria não deixavam dúvida de sua origem baiana.

Diante de tal registro não pode haver contestação.

É muito provável que Fructuoso de Araújo tenha terminado primeiro a ala direita da Prefeitura para transferir logo os serviços, enquanto se demolia a velha Câmara, levantando então a ala esquerda e fechando ambas com a escadaria e a torre.

Não é demais também conjecturar-se que estas obras levaram mais de dez anos para serem executadas, já que a comunidade estava sobrecarregada com os impostos que remontavam ainda ao tempo de Francisco Barreto de Menezes.

Certo é que, aos 22 de março de 1673, já estava em plena atividade Francisco Pinheiro, o novo "Medidor" da Câmara, geralmente chamado seu "Engenheiro"²¹, embora fosse apenas carpinteiro de profissão. Dispensou-se então Fructuoso Araújo que, em janeiro de 1673, estava terminando a construção da bateria interna do Forte do Mar²².

É possível, igualmente, e até compreensível, que as obras da Prefeitura então parassem, depois de tantos anos de enormes esforços ou, aliás, pode atribuir-se a falta de documentos, como registros de folhas de pagamento, ao fato de terem eles sido destruídos por parasitos. Ao que tudo indica, a fachada da Prefeitura, como a caixa do edifício, (com exceção da torre), estavam prontas em 1673; daí em diante, fizeram apenas as instalações interiores e, na Sala dos Vereadores, as partes mais importantes, já estavam essencialmente prontas, embora, posteriormente,

ai se executassem muitas outras obras, porém apenas para melhorar ou renovar as primeiras instalações, que eram, naturalmente, um tanto primitivas, por terem sido executadas numa fase em que havia falta de meios econômicos. As decorações, internas, sem dúvida, demoraram muito de ser feitas. Observamos a mesma coisa na construção das igrejas baianas.

É o que se deduz do conteúdo dos registros de pagamentos do período de 1681 em diante nos quais se refere, repetidas vezes, a "nova" Casa da Câmara e a "nova" Cadeia, adjetivação que, em tais casos, (e também quando se tratava de igrejas) se empregou apenas durante poucos anos. De 1681 em diante ainda colocaram as portas no andar térreo, da ala direita da Prefeitura, onde funcionava o açougue, e numerosas grades na ala posterior para a instalação da cadeia. Assim, durante o mês de maio de 1681 o pedreiro Manoel de Souza, e o serralheiro Lourenço de Souza e o carpinteiro Francisco de Souza²³ estavam trabalhando na colocação das portas do açougue.

É de estranhar que se não tivesse modificado esta distribuição interna delimitada por Francisco Barreto de Menezes. A instalação de açougue e cadeia nos recintos abaixo das divisões onde funcionavam a Sala de Audiência e o Tribunal de Contas era de todo inconveniente, fazendo certamente supor aos juizes e Procuradores que ali trabalhavam que o Governador sofria de séria deficiência olfativa; estes, porém, não teriam bastante coragem para reclamar, em vista do sistema paternalista a que estavam sujeitas, o que se verificou até mesmo sob outros Governadores.

Quanto à instalação da Cadeia na Prefeitura ninguém reclamara, por ser de costume multiseular. A respeito, encontramos registros dos seguintes fatos: Em julho de 1681 Manoel Carvalho fez três grades de ferro²⁴ e o serralheiro Lourenço de Souza fabricou as dobradiças e fechaduras para a Cadeia²⁵. Cometeram, porém, uma grande falha não se lembrando de cavar logo um canal para o escoamento do esgoto da Cadeia, sendo os dejetos lançados diretamente na rua; só em 1731, quando Antonio Correa, dono da Casa Nobre, posteriormente chamada "Sete Candeeiros", e naquele tempo, denominada "Solar de Ximenes", mandou fazer um canal de esgoto para o Rio das Tripas, o Senado da Câmara, economizando metade da despesa, completou o cano subterrâneo até a Prefeitura²⁶.

A sala dos Vereadores, instalada no primeiro pavimento da ala esquerda, em 1682, ostentava o retrato do ex-Governador Roque da Costa Barreto, não se mencionando, porém, o seu pintor²⁷; Sabe-se que ele deixou o Governo da Bahia em 3 de março de 1682²⁸ e seu retrato foi pago aos 4 de abril do mesmo ano.

Os trabalhos das instalações internas da Cadeia nova arrastaram-se ainda por todo ano de 1682, colocando-se mais outras grades de ferro feitas pelo ferreiro Antonio Madeira²⁹.

Ao mesmo tempo trabalhou "na Casa nova da Câmara" Belquior Moreira de Matos³⁰ que, em 1698, fez armários embutidos para a Sacristia da Santa Casa da Misericórdia³¹; os seus trabalhos na Prefeitura, porém, não são especificados.

Outro marceneiro, José Rodrigues Marrecos, em 1682, fez 40 varas, em seguida pintadas e douradas pelo pintor José Pereira da Costa³² para símbolo que os Vereadores carregavam na procissão de Corpus Christi.

O pedreiro João da Costa Guimarães tanto em fins de 1682, como no início do ano seguinte, recebeu várias quantias maiores por obras não especificadas na nova Prefeitura³³, sinal de que ainda faltavam concluir-se muitas delas; o referido pedreiro era dono de uma Empresa Construtora, continuando, nos anos seguintes, a executar vários trabalhos. Assim, em 9 de agosto de 1683, recebeu a quantia de 200\$000 para comprar material destinado às obras da Cadeia Nova³⁴.

Ao mesmo tempo, outro pedreiro, Manoel Pontes, construiu a Capela dos presos no pátio da Prefeitura, cujas portas foram colocadas pelo serralheiro Manoel Pereira de Carvalho³⁵.

Em 1683, o ferreiro Luís Alvares ainda colocou grades na Cadeia³⁶; outras grades foram feitas por Antonio Madeira³⁷ e Pedro Lourenço Fragoso³⁸; foram ao todo 33 grades de vergalhões fortes, para evitar que os presos fugissem³⁹.

No mesmo ano colocaram-se ganchos de ferro no açougue instalado na Prefeitura⁴⁰.

As obras continuaram, em 1684, quando o carpinteiro Manoel Ferreira ainda trabalhava na Cadeia⁴¹. Em 1685, o já mencionado Mestre ferreiro Antonio Madeira recebeu mais 120\$250 por mais “grades de ferro que fez para a Cadeia Nova”⁴².

No mesmo ano o citado Mestre de obras, João da Costa Guimarães, ainda executou trabalhos na Secretaria do Senado da Câmara, assim como na Cadeia⁴³. O ferreiro Antonio Madeira fez mais uma grade nova e consertou uma velha⁴⁴.

Continuaram estas obras, pois, em agosto de 1687, o mencionado pedreiro Guimarães recebeu mais 100\$000 para comprar material⁴⁵, colocando também mais “duas janelas de cantaria na Cadeia”⁴⁶.

Na mesma ocasião trabalharam ainda o marceneiro Belquior Moreira de Matos, juntamente com oficiais do seu ofício⁴⁷, fazendo certamente os armários da Secretaria do Senado⁴⁸.

Em 1690 já se tornou necessário reparar o telhado e renovar telhas⁴⁹; mas não estavam prontas as instalações internas, pois, em 1693, o serralheiro Manoel Ferreira ainda fez dobradiças e ferrolhos para colocar os postigos na Sala do Tribunal (que funcionava no primeiro pavimento ao fundo, por cima da Cadeia) e na Sala de Audiências dos Juizes situada na ala direita, por cima do açougue⁵⁰.

Nesta última sala, em 1693, o marceneiro Belquior Moreira Matos ainda fez armários⁵¹ embutidos, ao mesmo tempo feitos também no Convento do Desterro.

Em 1695, o marceneiro Gaspar João fez uma mesa para as sessões dos Vereadores⁵² e, dois anos mais tarde, o marceneiro José Rodrigues Marrecos fez “três bufetes e uma Caixa”⁵³.

É de estranhar que, em 1697, as instalações da Cadeia ainda não estivessem prontas, sendo referida a transferência nesta ocasião da direção das obras para as mãos de outro Mestre dos mais competentes daquele tempo — Inácio Teixeira Rangel⁵⁴, que recebeu ainda quantias consideráveis⁵⁵, sinal de que não se tratava apenas de consertos.

Aliás, o Mestre Inácio Teixeira Rangel, em 1699, continuava na direção das obras, como provam os documentos que registram os pagamentos que se lhe fez das quantias de 200\$000⁵⁶ e, posteriormente, de 1:200\$000 “para ir continuando as obras da Cadeia”⁵⁷.

O ferreiro João Moreira da Costa ainda fez duas grades⁵⁸, Manoel Gonçalves Ferreira mais outra⁵⁹ e Antonio Magalhães Lima também mais uma⁶⁰; deve ter sido uma cadeia bem segura, mas de aspecto bem sinistro.

O mestre carpinteiro Gabriel Ribeiro, construtor da Ordem 3ª de S. Francisco, em 1699, também trabalhou nas instalações do açougue⁶¹; os oficiais mecânicos, como então eram chamados os pedreiros, carpinteiro, etc., aceitavam qualquer trabalho que se lhes oferecia.

Em 1699 ainda se fez na Cadeia a “Casa de Segredo” para se administrar a justiça nos casos de condenação dos réus à pena de morte”⁶².

Causa espécie que só ao final das obras se colocassem as grades nas 13 janelas da fachada. Foram elas executadas pelo ferreiro Manoel Soares Ferreira, pela quantia de 260\$000, saindo cada uma por 20\$000⁶³.

Não se pode, porém, afirmar que as grades da Prefeitura ainda hoje existentes sejam as mesmas executadas em 1699, porquanto os objetos de ferro expostos ao ar livre facilmente se deterioram.

Em 1700, Manoel Gonçalves Ferreira fez mais outras grades para a Cadeia⁶⁴ e fabricou também as da mencionada “Casa de Segredo”⁶⁵.

As obras da Prefeitura terminaram com a colocação do “ginga” em cima da torre. Trata-se de uma figura de ferro fundido, tendo nas mãos um feixe de varas (“fascas” em latim) e, de permeio, um machado — símbolo do poder (que castigava com varas e mandava decapitar com o machado) entre os romanos. Esta escultura foi transformada pelos lusitanos em cata-vento, em vez do galo de ferro que se encontra nas torres, das igrejas nórdicas. O “ginga” foi fabricado pelo ferreiro José Belém em 1701⁶⁶; mas, na reforma de 1970, foi eliminado, porque representava o algoz romano. Sente-se, porém, a falta de algo em cima da torre, podendo-se, preencher a lacuna com a figura do galo, já citado, usado nas torres das igrejas dos países nórdicos.

No ano seguinte, o marceneiro André Fernandes fabricou sete tambores⁶⁸.

Em 1712 executou-se um trabalho maior na Cadeia das mulheres também instalada na Prefeitura, tendo o ferreiro Antonio Duarte feito as grades⁶⁹. Colocou-se também o forro na Sala do Segredo⁷⁰.

Em 1724, o marceneiro Manoel de Souza Ribeiro fez dois armários para o arquivo do Senado, que custaram 200\$000⁷¹; se eles ainda existem é difícil afirmar.

Na sala de audiências, em 1733, fez-se também um forro novo⁷² e, dois anos mais tarde, executou-se o mesmo trabalho para a Secretaria do Senado, sendo feitas as referidas obras pelo carpinteiro José de Miranda Ribeiro⁷³, o construtor do Convento da Lapa.

Encontramos também registro do pagamento ao pintor Antonio Simões Ribeiro, pouco antes chegado de Portugal, onde colaborou na decoração da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Este mestre pintou as armas da Cidade do Salvador (um pombo em vôo, com um ramo de oliveira no bico) no meio do forro da Sala de Vereadores e flores nos cantos, com traços azuis e vermelhos em fundo branco⁷⁴, recebendo o pagamento de 120\$000. Isto consta dos registros de pagamentos feitos pelo Senado⁷⁵.

Outro mestre pedreiro famoso, Felipe de Oliveira Mendes, construtor das igrejas do Pilar e Sant'Ana, em 1744, executou outra restauração na cornija que rodeia o telhado de todo o edifício da Casa da Câmara, recebendo por este trabalho a quantia de 410\$847⁷⁶.

Em 1747 já foi preciso renovar 11 grades de ferro da Cadeia, trabalho executado pelo ferreiro Domingos Antonio da Cruz⁷⁷.

Até então sempre fizeram questão de empregar material legítimo; mas já em 1752, mandaram pintar 20 janelas — portas e soleiras, imitando mármore preto⁷⁸. É o começo do tempo das contrafações.

Pela mesma época, mandaram também fazer uma dúzia de cadeiras para a Casa da Câmara, por Serafim Soares da Cruz⁷⁹.

Apenas um século depois de terminada a Cadeia, já, se tornava necessário renovar grande parte da madeira empregada na sua construção. Estas obras foram tão dispensiosas que foi preciso contrair o empréstimo de 32.000 cruzados⁸¹. Pela despesa feita, pode-se calcular a extensão de uma restauração. Geralmente supõe-se que as madeiras de lei duram séculos, isto, porém, não se verifica.

Observamos o mesmo, de referência aos conventos e igrejas baianas. No presente caso, menciona-se: a "reedificação da Cadeia"⁸².

Em 1816, o pintor Alexandre de Souza Ribeiro pintou o Oratório de Santo Antonio, da Cadeia, existente no pátio, e encarnou a imagem do dito Santo⁸³.

Em 1834 iniciaram-se as obras da nova Penitenciária, na Calçada, prôjetada pelo arquiteto Pedro Weyll⁸⁴, deixando a Prefeitura de ser cadeia, mas apenas Casa da Câmara.

A deformação que sofreu esta Casa, em fins do século XIX, com as modificações introduzidas pelo Eng^o Francisco de Azevedo Caminhoá, foi, parcialmente, corrigida na reforma de 1969.

II Apreciação das obras artísticas

Podemos distinguir na Casa da Câmara da Cidade do Salvador obras artísticas de arquitetura, de escultura e pintura, deixando de lado outras (como as de ferro) por serem de pouca importância.

A) ARQUITETURA

A fachada da Prefeitura apresenta um aspecto típico da arquitetura renascentista lusitana, baseada nas antigas casas e quartéis romanos, conservadas, ou pouco transformadas, nas suas formas primitivas, em Portugal. A arqueologia moderna aliás reconstruiu também seus aspectos antigos em países nórdicos⁸⁵, onde o clima frio não recomendava o uso de colunatas abertas, sendo especialmente no mundo hispano-lusitano, tanto na Europa, como na América, que se fez vasto uso das colunatas, às vezes, sustentadas as colunas redondas ou quadradas diretamente pelo telhado, outras vezes por intermédio de arcos romanos ou abaixados⁸⁶. Seus protótipos europeus ainda se conservam em grande parte na arquitetura religiosa e civil de Portugal⁸⁷. A arquitetura militar também não ficou atrás, aplicando as colunatas em fortalezas⁸⁸.

Tratando-se assim de um elemento cultural renascentista, usado praticamente por todos os arquitetos e engenheiros lusitanos e espanhóis dos séculos XVI e XVII, não possui base científica a argumentação de D. Clemente da Silva Nigra⁸⁹, ao querer atribuir a fachada da Casa da Câmara da Cidade do Salvador a Frei Macário de São João. Este arquiteto beneditino, em vista mesmo de sua posição humilde de Irmão leigo, não pode desenvolver a sua personalidade, criando elementos culturais próprios; teria sido contra o princípio tradicionalista da Ordem, que não pode negar sua origem africana, entre os Eremitas egípcios, donde conservou o provérbio que "o novo se faz pelo antigo". Por isso, até hoje os beneditinos gostam de imitar arte egípcia. Assim, não admira que Frei Macário de São João nada produzisse de novo; aplicou apenas o que aprendeu de Felipe Terzi e de outros engenheiros e arquitetos italianos que, no seu tempo, criaram o renascimento hispano-lusitano.

A Ordem aceitava passivamente, a repetição monótona, o que, porém, fora dela não aconteceu.

Sua colaboração no traçado das plantas do edifício da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Salvador é fora de dúvida. Contudo a elas deram forte contribuição o arquiteto Cristovam Alvares, o Construtor do primeiro Forte do Mar, em Recife, que, naquele tempo, isto é, em junho de 1654, encontrava-se na Bahia,

fato que se chegou a saber um ano depois da publicação de meu livro sobre a Santa Casa⁹⁰. Nesta publicação, aliás, já eu afirmava que Cristovam Alvares devia ter sido colaborador nas plantas da igreja da Santa Casa, então iniciada, suposição devida ao fato de haver sido destruído por parasitos no respectivo documento, o primeiro nome referido⁹¹. Tal suposição é corroborada, aliás, pelo fato de ter ele permanecido na Cidade do Salvador até outubro de 1654, sabendo-se ter o citado artista discordado dos novos planos da Fortaleza do Mar na Bahia, não participando, portanto, destas obras. Todavia, tendo ele necessidade urgente de numerário para manter três filhas solteiras que viviam em Pernambuco, admite-se que o Provedor Antonio da Silva Pimentel, responsável pela construção da igreja da Santa Casa, lhe tivesse confiado a elaboração das respectivas plantas e não ao beneditino Frei Macário de São João.

Ainda confirma tal afirmativa o fato de terem sido ambos convidados a opinar sobre preços a serem pagos aos pedreiros Francisco de Magalhães e Pedro da Fonseca, conforme consta do registro na segunda planta da fachada da nova igreja, que deveria ser toda revestida de pedra de cantaria, enfeitada com colunas, desprezando-se a primeira planta, considerada demasiadamente simples.

Pode invocar-se em favor do artista beneditino ter-se mencionado em primeiro lugar o seu nome no referido documento. Isto, porém, deve-se simplesmente a um gesto de cortezia. É razoável, também, supor-se que o Provedor Antonio da Silva Pimentel, dotado de forte personalidade, tivesse colaborado, apresentando algumas sugestões no sentido de imitar tal ou tal igreja portuguesa. Assim a planta definitiva teria resultado da colaboração dos três.

Deve supor-se, sem dúvida, evidentemente, que inúmeras minudências da decoração são devidas à contribuição da pena de Cristovam Alvares, tanto mais que se tratava de homem de vasta experiência, adquirida na convivência com os holandeses e alemães, em Pernambuco.

Devo ainda acentuar que, pelo exposto, estou modificando a minha opinião sobre a matéria da planta da fachada igreja da Santa Casa, edificada em 1654 isto, aliás, em vista aos novos documentos descobertos por José Antonio Gonçalves de Mello, a respeito do arquiteto Cristovão Alvares, os quais lançaram novas luzes, que nos obrigam a levá-los em consideração. O historiador não deve ser obstinado a ponto de recusar-se a retificar seus conceitos, quando novos documentos elucidativos são descobertos.

Poder-se-á objetar: Que tem tudo isto a ver com a Casa da Câmara da Cidade do Salvador?

Em primeiro lugar, é que a minha argumentação faz cair por terra a afirmação de Dom Clemente da Silva Nigra, que atribui a Frei Macário de São João a autoria de todas as plantas da Santa Casa.

Em segundo lugar, porque ele afirma ter Frei Macário repetido na Casa da Câmara da Cidade do Salvador o mesmo portal por ele projetado para a igreja da

Santa Casa, não admitindo a minha afirmativa que leva a atribuir a autoria da planta da Prefeitura a Marcos Mesquita Ferreira, Medidor e Engenheiro da Cidade do Salvador, nomeado em 22 de novembro de 1661, em vista de este fato não estar registrado em documento positivamente. Dom Clemente, pela falta de tal documento, acha válido o argumento baseado apenas na semelhança dos pórticos, cujo estilo era aplicado freqüentemente por Frei Macário.

Contraopondo-me a este raciocínio, respondo não ser isto argumentação científica, pois os Vereadores não iriam nomear Marcos de Mesquita Ferreira, engenheiro da Prefeitura, havendo outro em exercício, considerando, embora, incompetente, a não ser para que fizesse a planta da nova Casa da Câmara, cuja construção então se iniciava.

Vale considerar, aliás, que o historiador deve saber ler nas entrelinhas dos documentos. aplicando as leis da psicologia, que em todos os tempos são as mesmas, bem como as da etnologia que, em tais casos, deve orientar-nos, disciplina, aliás, que D. Clemente nunca estudou; por isso não pode observar estes princípios, pois, como diz um filósofo alemão, “cada um só vê as coisas para cuja compreensão foi preparado”.

É muito desagradável contrapor-nos aos amigos, todavia, deve aqui ser aplicado o provérbio popular: “Amigos, amigos, negócios à parte”, ou, “mutatis mutandis; “Amigos, amigos, ciência à parte”.

Não é todavia, a primeira vez que D. Clemente fere os princípios da Metodologia. Já em anos passados, em outro livro, apresentou a mesma argumentação falha no que se refere à fachada da igreja e do Convento da Graça da Cidade do Salvador. Revela-se aí a falta de outra disciplina que Dom Clemente não estudou: — o método histórico crítico. Já é passado, porém, o tempo de escrever história sem atitude crítica. Quando um arquiteto emprega um motivo decorativo determinado numa obra, não se deve por isso concluir (como o faz Dom Clemente) que o tenha aplicado em todas as suas construções posteriores. Mesmo sendo um construtor beneditino, cuja ordem é tradicionalista por excelência, não deixa de ser um europeu irrequieto, que, só num século, aplicou três estilos diferentes.

Somente assim se evitam imputações arbitrárias o que, em Minas Gerais, chegou ao ponto de atribuir-se qualquer melhor escultura ou arquitetura ao Aleijadinho. Assim D. Clemente acabaria responsabilizando Frei Macário de São João por todas as melhores obras renascentistas feitas na Bahia, entre 1647-1676 (tempo da atividade profissional desse arquiteto). No entanto conhecemos à atuação de outros bons construtores daquele período, que tiveram em mãos os mesmos manuais de arquitetura que existiam nas bibliotecas dos conventos baianos, donde podiam copiar os mesmos portais aplicados por Frei Macário.

“Onde há semelhança, nem sempre há influência” — outro princípio fundamental hoje admitido pela historiografia, orientada pela etnologia, ainda ignorado por muitos historiadores que ficaram parados na metodologia primitiva empregada no séc. XIX.

D. Clemente também faz imputações arbitrárias quando há registros escritos, como se deu com referência aos documentos sobre a construção da segunda igreja da Santa Casa, começada em 1654. Não lendo com atenção os textos, não observou que foram desenhadas duas plantas para esse templo; a primeira, que não chegou a ser executada, deveria sê-lo em cantaria lisa, contratando-se os pedreiros, a quem seriam pagos 2\$ 600 por vara quadrada, incluída ainda a obrigação de colocar o material a ser empregado ao pé do guindaste dos Padres. Pela segunda planta, pela qual se realizou a obra, haveria um "frontespício de talha, cartões e folhagem", pagando-se por vara quadrada a quantia de 7\$ 000, mais 100\$ 000 por cada coluna e mais 200\$ 000 de gratificação, se tudo saísse perfeito, sendo, além disto, o transporte do material por conta da Santa Casa⁹⁴. Por isso a reconstrução dessa fachada, que foi demolida por volta de 1720, para que se acrescentassem um segundo coro, o que obrigou a construir novo frontespício, e levantar em mais um "andar" a nave da igreja (como prova a cornija que ficou no meio das paredes laterais), nunca poderia apresentar as formas lisas, nem o pórtilco imaginado por Dom Clemente, conclusão a que deveria ter ele chegado, se tivesse lido sem preconceitos o contrato respectivo. É que ele é desses historiadores que, antes de começar a ler um documento, já tem a sua opinião formada, não inferindo o seu conceito da leitura da fonte, como deveria ser.

Dai se depreende, aparentemente, a natureza de sua teoria, preestabelecida, já que ignorou outros elementos que não se enquadram em seu sistema. Desta forma orienta-se pelo princípio: "Sic volo, sic jubes, stet pro ratione voluntas". (Assim eu quero, assim eu mando; fique a vontade em lugar do raciocínio), princípio este que todos os Manuais de Metodologia criticam muito.

Assim, Dom Clemente nem percebeu que, na fachada da Santa Casa, aplicou-se, pela primeira vez, na Bahia (e só anos mais tarde, a segunda, no frontespício da ordem 3ª de S. Francisco) o princípio de plateresco repetindo-se no altar-mor o que se apresentou na decoração da fachada.

Na Ordem 3ª de São Francisco ainda se vê bem a influência das obras de talha de madeira do antigo altar-mor, no frontispício ainda conservado. Mas o contrato para a feitura do altar-mor da Santa Casa, de 21 de novembro de 1657⁹⁵, revela bem que as mesmas quatro colunas da fachada revestida de folhagem de videira, de pedra cantaria, uma colocada, evidentemente, junto a outra (e não em forma de pórtilco ou galité, como quer D. Clemente), deviam repetir-se no altar-mor, de tal maneira, a deixar lugar no meio das colunas para dois painéis, um maior, em baixo e outro menor, em cima.

O filho do mencionado artista, Antonio da Silva Pimentel, de nome igual ao pai, no princípio do século XVIII, imitou o detalhe do estilo da Santa Casa, mandando colocar colunas revestidas de folhagem de videira no portal do Paço, por ele começado e, posteriormente, denominado "do Saldanha".

O pórtilco da Casa da Câmara da Cidade do Salvador, como a sua colunata, na fachada, não revela influência do maneirismo do começo do barroco, como, ao mesmo tempo, já se tinha verificado na Europa Central. Portugal e seus domínios sempre aplicavam os estilos artísticos com certo atraso. No estilo gótico os portugueses também receberam muita influência de fora do país; mas acabaram criando formas próprias, denominadas "estilo manuelino". No Renascimento como no Barroco, os lusitanos foram menos produtivos, contentando-se em repetir, o que os italianos e alemães lhes ensinaram.

Mesmo atribuindo a planta da Casa da Câmara ao arquiteto Marcos de Mesquita Ferreira, é bem possível ter sido muito forte a influência do então Governador Geral do Brasil, Dom Francisco Barreto de Menezes, o vencedor da batalha dos Guararapes que, praticamente, também fez a planta da distribuição interna da Prefeitura. Foi ele um homem extremamente autoritário, que mandou fazer a Casa da Câmara aos Vereadores como se o fizesse a seus soldados. E a formação militar deste General deve ter contribuído na escolha de suas formas arquitetônicas, que remontam claramente a um quartel romano, em que se usavam muito tais colunatas, tanto na frente de edifício, como no pátio. Assim, a Casa da Câmara da Cidade do Salvador é a reprodução em miniatura de um destes quartéis romanos, recentemente encontrados em escavações, dos quais, em Portugal ainda se conservaram elementos arquitetônicos mais numerosos e que foram aplicados no Brasil, tanto em Alfândegas como em Fortes. A Prefeitura da Cidade do Salvador, então Capital do Brasil, não podia dispensar a ostentação; a inspiração romana só podia provir de um militar, que foi, ao mesmo tempo, Governador Geral do Brasil. Além disso, não devia ser apenas uma Casa de Administração Municipal, mas também uma Casa de Correção, na qual até se podia executar a pena de morte. O aspecto severo da Casa da Câmara da Cidade do Salvador satisfazia a todas estas exigências.

Infelizmente a colunata da Prefeitura foi mal restaurada, entre 1969-1970, pois na modificação das colunas, de redondas para quadradas, introduzida anteriormente por Caminhóia, deixaram buracos nas colunas; surgiu então o problema de tapá-los sem arrancar as colunas ou substituí-las por outras. Usaram para isso uma massa grossa cinzenta, semelhante à cor natural de arenito. Para o povo o resultado conseguido pode ser suficiente, mas não para o intelectual; e parece que, devido ao acréscimo desta massa, até as proporções da colunata foram modificadas para o pior. Além disso, esta massa, poucos anos depois de feita a restauração, já está descascando, o que em pouco tempo vai obrigar a nova intervenção. Hoje em dia conhecem-se pedreiras de arenito perfeito existentes em Minas do Rio de Contas, de que se podem fazer novas colunas perfeitas, caso não se queira recorrer a uma restauração menos bonita para corrigir os defeitos com pedaços de arenito. Além disso, nesta nova restauração será necessário colocar novamente a saliência no meio do arco, que também se cortou na última reforma. Hoje em dia, uma exigência fundamental

numa restauração é que seja renovada em todas as minuidências a sua forma primitiva em que foi construído o edifício.

Dai, porém, não se pode concluir que também devemos restituir às diversas alas de edifício a mesma finalidade antiga; seria, por exemplo, ridículo se quiséssemos instalar novamente um açougue no andar térreo da ala direita, como havia no século XVII.

Aí chegamos a outro ponto importante, à filosofia, à idéia que representa um edifício e uma praça. Atualmente dir-se-ia que uma Casa da Câmara é um edifício destinado à administração municipal. Antigamente teriam dito, em países latinos, que é uma casa representativa de poder da justiça pública. Em países nórdicos teriam, porém, respondido que é a casa em que se reúnem os representantes eleitos pelo povo para decidirem de seu destino, com a sua presença na praça para aplaudirem ou reclamarem das suas decisões.

Nas duas definições manifestam-se duas mentalidades antigas: a romana e a germânica; a primeira emanada de poder da espada, a segunda baseada na eleição livre do povo. E estas duas mentalidades também se manifestam na praça municipal. Na primeira, além da Casa da Câmara, na Cidade do Salvador havia o Palácio dos Governadores Gerais e, de outro lado, a Alfândega, na qual se cobravam os impostos indiretos. No meio da praça ficava o pelourinho, posteriormente mudado para o Terreiro e, devido às reclamações dos Jesuítas, que não podiam dar aulas sossegadamente no seu Colégio, para as Portas do Carmo, hoje chamadas "Pelourinho". Nas praças municipais nórdicas também havia o pelourinho, a coluna da vergonha, que, porém, não servia para aí amarrar os escravos a serem açoitados (pois não havia escravidão) e sim apenas para meter a ridículo as antisociais, os ladrões, as adúlteras, colocados em gaiolas, amarradas em cima dos pelourinhos. Em Portugal antigamente também se praticava isso, certamente devido à influência visigótica; mas no Brasil já havia desaparecido este costume germânico e existia a escravidão.

Neste ponto deparamos com outro problema: Devemos levar a nossa exatidão histórica ao ponto de fazer voltar o pelourinho à Praça Municipal e de colocar novamente na torre da Casa da Câmara o "ginga", o catavento de ferro em forma de feitor romano, de chicote na mão direita?

Quer parecer-me que não. Progredimos socialmente e não é preciso transformar praças públicas em museus que lembram as atrocidades dos nossos antepassados.

Não foi porém acertada a construção de um "Belvedere" e de um estacionamento de carros no lugar da antiga Alfândega; aí era o lugar da Delegacia Fiscal, pois aí antigamente se cobravam os impostos indiretos sobre o vinho, o sal, o azeite doce etc., vendendo-se sua cobrança em leilão público a quem mais oferecia, quando atualmente está desaparecendo cada vez mais o imposto indireto, prevalecendo o direto.

Em países nórdicos, as praças municipais eram lugares mais alegres de que na área cultura latina. Aí se faziam antes de tudo os comícios, que freqüentemente

degeneravam em revoltas, os quais, porém, somente raras vezes se sufocavam em banhos de sangue. Além disso, nestas praças municipais realizavam-se as quermesses, as feiras, os circos. Eram lugares alegres de divertimento público, onde passeava todo mundo. Os reis e os fidalgos aí se misturavam com os burgueses, os operários. E o povo circulava alegremente pelas colonatas das Prefeituras, onde funcionavam lojinhas do ourives, oferecendo colares e brincos para as esposas e namoradas dos que passeavam. A praça municipal assim tinha um papel social importante de aproximação das classes, embora vivendo separadas na vida prática e cotidiana.

Poder-se-á estranhar estas digressões sobre a mentalidade revelada nas praças municipais. Entretanto não fugimos do assunto. É apenas um problema pouco estudado entre nós. Os arquitetos lusitanos não eram filósofos, mas empregavam nas suas construções determinada filosofia que nos cabe descobrir. Implantavam os edifícios públicos mais conforme as ordens peremptórias dos Governantes, pois aos governados não cabia discutir a vontade dos "representantes de Deus". Em áreas culturais nórdicas eram os representantes do povo, eleitos pelo voto livre, que decidiam a construção de suas Prefeituras; e lá se dava liberdade aos arquitetos de apresentarem seus planos. Por isso as plantas revelavam a maturidade filosófica de profissionais competentes.

Aqui o Governador Geral Francisco Barreto de Menezes, tanto ordenou aos Vereadores da Cidade do Salvador construir uma nova Casa da Câmara, como foi ele quem deu a distribuição interna, conforme consta claramente dos documentos. Então é de supor que foi também dele a inspiração principal da forma externa que devia receber a Prefeitura; o arquiteto, Marcos de Mesquita Ferreira elaborou apenas a planta conforme as instruções e as idéias do Governador onipotente. Não admira pois que a Prefeitura fosse mais odiada e respeitada de que procurada pelo povo para reuniões e divertimentos públicos.

B) ESCULTURA

Já provamos em páginas anteriores ter sido o mestre pedreiro Frutuoso de Araújo quem tirou o arenito para a fachada, as portas e janelas da Casa da Câmara, da pedreira de Itapagipe, cujo uso exclusivo lhe foi reservado pelo Governador Geral Francisco Barreto de Menezes. Naturalmente escolheu as porções mais limpas para as colunas e capiteis; já nas vergas de portas internas e mesmo na escadaria aparecem bem os seixos encrustados dentro do arenito. Mas estas falhas da natureza não prejudicam o aspecto severo e artístico de edifício; pelo contrário, contribuem para lhe dar certa beleza rústica, que sabemos apreciar.

Além disso, esta pedra de cantaria, embora cheia de seixos relados, foi empregada pelos construtores provavelmente por insistência do Governador Geral Francisco Barreto de Menezes, por espírito patriótico. Aqueles homens que lutaram contra os holandeses tinham arriscado a vida e muitos a perderam. Era compreensível o seu apêgo a esta terra brasileira; podiam usar pedra importada limpa, pois, na segunda metade do século XVII, a navegação portuguesa estava reorganizada;

traziam lastro de pedra para alargar e proteger os alicerces do novo Forte do Mar e faziam contrabando com este arenito português. Mas, tanto no dito Forte, como na Casa da Câmara, faziam questão de empregar a pedra baiana, embora menos perfeita, mas nativa. Tornou-se necessário elaborar mais de uma coluna duas vezes, pois a pedra baiana, além de entremeada de seixos, era fraca.

Não admira que, já em 1744, se tomasse necessária uma restauração bastante vultosa da cornija de pedra de cantaria que rodeia o edifício todo, executado pelo mestre de obras de origem portuguesa, Felipe de Oliveira Mendes. Devem ter sido, aliás, principalmente, canteiros lusitanos que executaram estas esculturas todas, tendo que cortar muitas vezes um seixo incrustado no meio de arenito, com os instrumentos primitivos que naquele tempo ainda usavam; aí a habilidade de canteiros, adestrada durante centenas de anos, tinha que suprir a imperfeição das ferramentas.

Estes defeitos da pedra de cantaria baiana evidenciam-se bem nas toscas pilastras dos cantos, como na torre do edifício. Nenhuma preocupação tiveram de disfarçá-los, como não o fizeram com relação ao Convento de Santa Tereza, edificado na mesma época, onde se encontram bem à vista.

Vale mencionar ainda um motivo decorativo característico na época, o "lençol" de pedra de cantaria, tal como se conservou na ala esquerda, do lado da ladeira, provavelmente também existente na outra ala e no fundo. Hodiernamente não se justificaria mais motivos decorativos tão severos, que, aliás, também se conservam no Seminário São Dâmaso, na igreja de Santo Antonio da Barra e na de São Lázaro. Servem estes detalhes para mostrar que o costume até hoje conservado de colocar colchas vistosas nas janelas, por ocasião de procissões, remonta a tempos antigos.

Estes detalhes arquitetônicos significam motivos decorativos tipicamente lusitanos.

Se eu quisesse empregar o método de Dom Clemente da Silva Nigra (o que não faço), poderia, baseado nos mesmos elementos, atribuir a Marcos de Mesquita Ferreira a construção do Seminário de São Dâmaso e da igreja de Santo Antonio da Barra.

O mesmo se dá com referência às mesas feitas para a Sala dos Vereadores. Não podemos asseverar que são as mesmas executadas pelo marceneiro Gaspar João, em 1695. Mais difícil ainda é a identificação de cadeiras muito usadas.

Será que daquelas 12 feitas por Serafim Soares da Cruz, no primeiro decênio da segunda metade do século XVIII ainda existe alguma?

Cada século possui seu gosto próprio. Só hoje em dia começam a apreciar novamente cadeiras com assentos de couro, como devem ter sido usadas na Casa da Câmara, no séc. XVIII, na época do couro.

C) PINTURA

No que diz respeito às pinturas existentes na Prefeitura mencionamos, em primeiro lugar, o retrato do Governador Geral Francisco de Menezes; verdade é que

se trata apenas de uma cópia, tirada do original existente na célebre "Galeria degli Uffizi" de Florença, onde, nas várias visitas que ali fiz, observei numerosos pintores tirarem cópias perfeitas, embora em tamanhos diferentes (maiores ou menores, mas nunca iguais) dos originais.

A qualidade artística desta cópia de retrato de Francisco Barreto dá na vista, no meio da galeria da Sala dos Vereadores do Paço Municipal do Salvador e lamentamos ser desconhecido o autor do original. Já que as telas existentes na Casa da Câmara foram reproduzidas em publicações, temos o retrato de Francisco Barreto de Menezes na nossa frente. Confirma o que dele dizem os documentos: um olhar severo, quase cruel, de um General, cuja mão sempre está pronta a tirar a espada da bainha e a bôca só se abre para dar ordens; a autoridade personificada, para a qual os Vereadores não eram mais do que soldados. Convém recordar que foi ele quem mandou construir a Casa da Câmara da Cidade do Salvador, ainda existente, e não os Vereadores.

O quadro central da Sala dos Vereadores, o Cristo crucificado, pintado por José Rodrigues Nunes, em 1857, conforme a assinatura do próprio painel⁹⁷, não possui valor artístico; está todo cheio de erros anatômicos que, porém, se encontram igualmente em outro quadro de sua autoria, um dos Sete Passos, hoje existente no Museu do Carmo.

São também do mesmo pintor os retratos de José da Silva Lisboa e de José Bonifácio de Andrada e Silva, existentes da mesma Sala dos Vereadores e pintados também em 1857⁹⁸. É verdade que o gênero de retratos era o campo predileto de pintor e não cenas bíblicas.

Melhores são os retratos de D. Pedro I e de D. Pedro II, da autoria de João Francisco Lopes Rodrigues, um dos fundadores da Escola de Belas Artes da Bahia⁹⁹

Retrato apreciável, embora de autor desconhecido, é o de Governador baiano, D. Rodrigo José de Menezes e Castro (1784-1788); não se praticou muito este gênero de pintura na Bahia, antes do séc XIX¹⁰⁰, sendo por isso difícil a sua identificação. A execução excelente da boca mostra ter sido um bom pincel; e o olhar penetrante revela um bom observador psicológico, coisa rara na Bahia setecentista.

Retratos modernos e executados por bons profissionais são os do Visconde José Joaquim de Lima e Silva, pintado por A. Mota, no Rio de Janeiro, em 1857, o de Ana Nery, assinado por Victor Meireles, no Rio, em 1873, e do General Carlos Machado de Bittencourt, pintado em 1899, por Manoel Lopes Rodrigues, de Ruy Barbosa, feito em 1922 por Presciliano Silva e finalmente o de General Labatur, de autor desconhecido¹⁰¹.

Entre os retratos antigos ainda chama a atenção o de Salvador Correa de Sá e Menezes, vindo da Europa e de autor desconhecido¹⁰².

Admira não terem vindo aos nossos dias os retratos dos Governadores que se mandavam fazer para a Sala dos Vereadores, como se verificou positivamente de

referência a Roque da Costa Barreto, cujo retrato foi inaugurado em 1682, como vimos acima.

Igualmente lamentamos não ter-se conservado a decoração do teto da Sala dos Vereadores, executado em 1736, pelo pintor português Antonio Simões Ribeiro, o qual, pouco tempo antes, tinha colaborado na decoração da Biblioteca da Universidade de Coimbra, pois ao que tudo indica (cfr. a anotação⁷⁴), neste teto baiano ele pintou também vários painéis.

Chegamos pois à conclusão de que a Casa da Câmara da Cidade do Salvador é, antes de tudo, um edifício que representa a afirmação brasileira separatista, no momento necessário, já que o Rei quis entregar (ao menos oficialmente) o nordeste brasileiro aos holandeses. Haja vista que foi o vencedor da batalha decisiva dos Guararapes, Francisco Barreto de Menezes, que, pouco depois, em 1657, foi nomeado Governador Geral do Brasil e, como tal, mandou edificar o Paço Municipal do Salvador, como símbolo da nacionalidade brasileira, que renascia depois da invasão holandesa.

Monumentos são por assim dizer, personalidades petrificadas; a Casa da Câmara da Cidade do Salvador assim pode ser considerada. Comparando-a com os Paços Municipais de Cachoeira, Santo Amaro da Purificação, Maragojipe, Jaguaripe e Minas do Rio de Contas, verificamos uma diferença enorme: é a falta de uma orientadora capaz de se colocar acima de vários elementos culturais que entraram na sua realização. Tal observação não fazemos na análise do Paço Municipal do Salvador. Embora o Governador Geral Francisco Barreto de Menezes tivesse contribuído com suas ordens peremptórias na sua distribuição interna, o arquiteto Marcos da Mesquita Ferreira soube disfarçar esta intromissão autoritária e criar um monumento arquitetônico que se distingue por sua harmonia e grandeza, sem se deixar levar pela melagomania que geralmente revelam edifícios levantados depois de vitórias decisivas sobre inimigos de muitos anos. As Casas da Câmara mencionadas do hinterland baiano revelam ter sido projetadas por homens que não souberam disfarçar a sua inspiração. A Casa da Câmara da Cidade do Salvador foi projetada por um arquiteto que também não negou a inspiração romana e contribuição renascentista; mas soube dar formas novas e próprias, criando um novo conjunto arquitetônico, único no mundo lusitano e realmente digno da Capital do Brasil.

Acrescentamos ainda ser simplesmente inacreditável que pretensos historiadores, todos em conta de pesquisadores sérios, afirmem ter sido a Prefeitura inaugurada em 1660, quando, no dito ano, o Governador Geral Francisco Barreto de Menezes apenas “mandou fazer” o referido edifício, quer dizer, tomou a deliberação de fazê-lo construir, o que, porém, apenas se executou nos quarenta anos seguintes, como provamos pelos registros de pagamentos acima apresentados.

Inscrições colocadas em edifícios também devem ser interpretadas corretamente.

ANOTAÇÕES

1. Cfr. Affonso Ruy, História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador, Bahia 1953, 3-24. — D. Clemente da Silva Nigra, o Paço da Cidade do Salvador (no Diário de Notícias, Bahia, 29/31970) — Carlos Ott, Quem construiu o Paço Municipal do Salvador? (em “A Tarde”, Bahia 2/5/1970).
2. Cfr. Documentos históricos (publicados pela Biblioteca Nacional), Rio 1937, pág. 16, Nr. 35 do vol. XXXVII.
3. Ibidem.
4. Ibidem, pág. 18, Nr. 39; o vela Doc. Hist., vol XIII, Rio 1929, pág. 287, Nr. 38; pág. 289, Nr. 42; pág. 291. Nr. 48.
5. Doc. Hist. vol. 38, pág. 34, Nr. 77.
6. Ibidem, pág. 60, Nr. 148.
7. Documentos Históricos, vol. 14, Rio 1929, pág. 65.
8. Documentos Históricos, vol. 13, pág. 360.
9. Ibidem, pág. 294, Nr. 54.
10. Atas da Câmara (da Cidade do Salvador) 1659-1669 (em Documentos Históricos do Arquivo Municipal, vol. 4 (Bahia 1949/48-50).
11. Ibidem, 50-51.
12. Ibidem, 52-53.
13. Cfr. As Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antonio de Brasil (na Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, vol. 286 (Rio 1970, pág. 110. Nr. 4).
14. Cfr. José Antonio Caldas, Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759. Edição facsimilar, Bahia 1951, 255-256.
15. Documentos Históricos (da Bibl. Nac.) Rio 1930, vol. 15, 154-155.
16. Aos 22 de novembro de 1661, se fez o “registro de outra provisam que se passou da propriedade do officio de atuador do Conselho a Marcos da Mesquita nos constou por informação, e queixas que se nos fez dos achaques, velhice, em capacidade do Manoel Gonçalves Camanho que serve de aruador, e medidor desta Cidade por cujas causas estão fazendo de ordinário erros do fabricar das casas”, razão por que se nomeou “Marcos da Mesquita, morador e cazado nella (isto é: nesta Cidade) há muitos anos, por ser perito da architectura de que pondo a conta da medisagem das obras que das obras que o dito Manoel Gonçalves Camanho não sabia com sufficiência por cuja causa se queixaram sempre os donos dos officios, além de nos haver apresentado o dito Marcos da Mesquita numa provisam pela coal a Camara da Villa de Olinda ellegeo a seu pai Marcos Ferreira por engenheiro e architecto dela, e por essa causa foi mandado vir a esta Praça para nella dispor as fortificações como o fes, e nosso tempo perdeo a vida sem athe o presente se fazer merce alguma ao dito Marcos da Mesquita, esperando por aquelles serviços delle que em tudo o que tocar as obrigações de seo officio e aserca da fundação e

perfeição dos efeitos digo dos edificios desta Republica se haver há muito conforme a confiança que fazemos de seu procedimento e sufficiência, havemos por bem de elleger como pela presente ellegemos e nomeamos aruador e medidor desta Cidade e seus termos para que exerça o dito officio" (Arquivo Municipal do Salvador, Provisões do Senado 1651-1664, vol. 46, fo. 106r.-107r).

17. Documentos históricos (da Bibl. Nac.), vol. 15 1930, 155-158.
18. Cfr. D. Clemente da Silva Nigra, Francisco de Frias da Mesquita (na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 9 (Rio 1945-9-84).
19. Cfr. a anotação anterior (16).
20. Aos 26 de dezembro de 1663, o Governador Geral, Francisco Barreto de Menezes numa provisão passada a Fructuoso de Araujo escreve: "Faço saber aos que esta provisam virem que por quanto Fructuoso de Araujo, mestre das obras de Sua Magestade se me representou por sua petição aserca de se lhe haveri acabado as pedreiras que tinha em Tapagipe, donde cortava a cantaria para o Forte do Mar, e Câmara desta Cidade, e para continuar com as mesmas obras queria abrir a sua custa outra de novo e barra para dentro na mesma paragem: pedindo-me lhe concedede na dita pedreira com braças para cada huma das bandas. E vista a informação que sobre este particular me fes o Provedor da Fazenda Real deste Estado. Hey por bem de lhe dar e conceder (como pela presente faço) a dita pedreira com braças em cada huma das bandas, para assy podda dar melhor aviamento às obras que lhe estam encaregadas: na qual não poderá outra pessoa alguma cortar cantaria sem ordem e permissam do mesmo mestre, Fructuoso de Araujo" (Arquivo Municipal do Salvador, Provisões do Senado 1651-1664, vol. 46, fe. 157r-v).
21. Cfr. Atas da Câmara (da Cidade do Salvador), vol. V – Bahia 1950-57.
22. Cfr. Carlos Ott, O Forte do Mar, na Bahia (Revista do Patrimônio Hist. e Art. Nac., vol. 13 (Rio 1956 (99).
23. Aos 10 de maio de 1681, o Senado da Câmara pagou 46\$000 a "Lourenço de Souza, official de serralheiro pelas obras que fez para as portas da Casa da Câmara e ao official carpinteiro Francisco de Souza que trabalhou na mesma obra" (Arquivo Municipal do Salvador, Pagamentos pelo Senado 1681-1693 vol. 74, fo. 4r). E, no dia 17 de maio de 1681, pagaram 6\$400 "pela obra que o pedreiro Manoel de Souza fez nos buracos das pedras das portas dos açougues" (ibidem, fo. 5r).
24. Em 22 de julho de 1681, o Senado da Câmara pagou ao ferreiro Manoel Carvalho 68\$000 "pelas 3 grades de ferro que fez para a Cadeia nova das mulheres" (ibidem, fo. 10r).
25. Em 18 de agosto de 1681, o Senado da Câmara pagou 27\$700 "ao serralheiro Lourenço de Souza pelas obras de seo officio que fez na Cadeia nova das mulheres" (ibidem, fo. 16r).
26. Aos 25 de agosto de 1731, o Senado da Câmara da Cidade do Salvador despachou favoravelmente "um requerimento de Agostinho Ximenes . . . testamenteiro de seu irmão o Doutor Antonio Correa Ximenes e como administrador uzofrutuário dos bens do dito testamenteiro que entre outros bens há huma morada de cazas de sobrado citas ao fim da rua chamada do Padre Gonçalo nas quais havia o dito Irmão do suplicante fabricado hum cano de pedra e cal, coberto com abodada do mesmo em distância de vinte braças athe chegar com elle a desembocar no brejo, e foy aquella obra feita toda a vista do dito irmão do suplicante, gastando nela trezentos e tantos mil reis, e na dita obra recebeu o

povo utilidade por se evitar com ella na rua a quantidade de aguas e imundices que por ella corrião, e porque de presente so está por ordem deste Senado fabricando hum cano para limpeza das Cadeias e este vay a cahir e despejar dentro no dito cano das casas de testamento e se ha de servir delle em distancia de mais de dezaseis braças e necessariamente ha de o dito cano das casas de testamenteiro receber prejuizo com está vona obra do Senado, e nestes Termos ou se deve satisfazer ao Suplicante a metade de valler do cano das ditas cazas, ou ao menos deve o mesmo Senado ficar com o encargo de reparar e consentar sempre a sua custa ao dito cano das cazas do testamenteiro". E o senado aceitou ficar "obrigado a todo o concerto do cano de que se trata, desde aquela parte em que começa a receber as agoas do cano da Cadeia athe aonde acaba" (Arquivo Municipal do Salvador, Provisões do Senado 1726-1741, vol. 50, fo. 110r. v).

27. Em 4 de abril de 1682, o Senado da Câmara pagou 35\$000 "pelos retratos e molduras que se fez do Mestre de Campo e Governador desta Praça Roque da Costa Barreto" (Arquivo Municipal do Salvador, Pagamentos pelo Senado 1681-1693, vol. 74, fo. 32r).
28. Caldas, obra cit., 259.
29. Aos 8 de julho de 1682, o Senado da Câmara pagou o "official ferreiro Antonio Madeira pelas grades de ferro que fez para a Cidade nova desta Cidade" (Arquivo Municipal de Salvador, Pagamentos pelo Senado 1681-1693, fo. 37v).
30. Em 1º de junho de 1682, o Senado da Câmara pagou o "mestre Belquior Moreira (de Matos), official de carpinteiro pela obra que está fazendo na Casa nova da Câmara" (ibidem, fo. 35v).
31. Veja Carlos Ott, A Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Salvador, Rio 1960 (Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nac., vol. 21). 56.
32. Aos 3 de fevereiro de 1682, o Senado da Câmara pagou 20\$800 ao pintor "Joseph Pereira da Costa que pintou as varas" (Arquivo Municipal do Salvador, Pagamentos pelo Senado 1681-1693, fo. 41r).
33. Em 18 de novembro de 1682, o Senado da Câmara pagou "o pedreiro João da Costa Guimarães pelas obras que está fazendo neste Senado e Cadeia nova" (ibidem, fo. 48v). Em 23 de março de 1682, o Senado da Câmara pagou 50\$000 ao mesmo pedreiro "pela obra que fez na Cadeia nova da Cidade" (ibidem, fo. 50v).
34. Aos 9 de agosto de 1683, o Senado da Câmara pagou 200\$000 "ao mestre pedreiro João da Costa Guimarães para comprar materiais necessários para a obra da Cadeia vona" (ibidem, fo. 72v).
35. Aos 25 de fevereiro de 1683, o Senado da Câmara pagou 100\$000 "ao mestre pedreiro Manoel de Pontes pela obra de cantaria e telhado que fez na capela que se fez no pateo da Casa da Câmara para se dizer missa aos presos da Cadeia" (ibidem, fo. 51r). Aos 9 de março do mesmo ano o Senado pagou ao mesmo pedreiro 15\$780 "pela obra da Capella no pateo da Câmara para os presos" (ibidem, fo. 55v). E, em 24 de abril de 1683, o Senado pagou 119\$295 ao mesmo pelo "resto da obra que fez assim de cantaria como de alvenaria e telhado no pateo do Senado" (ibidem, fo. 60v). Em 26 de fevereiro de 1683, o Senado da Câmara pagou 20\$000 "ao mestre serralheiro Manoel Pereira de Carvalho pela obra que esta fazendo para a Casa da Câmara e a Cadeia nova" (ibidem, fo. 52v).
36. Aos 10 de março de 1683, o Senado da Câmara pagou 50\$000 "ao official de ferreiro Luis Alvares pelas grades de ferro para a Cadeia nova" (ibidem, fo. 55r).

37. Aos 27 de março de 1683, o Senado da Câmara pagou 25\$000 "ao official de ferreiro Antonio Madeira pelas grades de ferro que fez para a Cadeia nova" (ibidem, fo. 57v).
38. Aos 28 de abril de 1683, o Senado da Câmara pagou 79\$310 "ao ferreiro Pedro Lourenço Fragoso pelas grades de ferro que esta fazendo para a Cadeia nova" (ibidem, fo. 61v).
39. Aos 26 de março o Senado da Câmara pagou "o forro das 33 grades de vergalhões para as grades da Cadeia nova" (ibidem, fo. 57r).
40. Aos 9 de abril de 1683, o Senado da Câmara pagou 11\$680 a "Manoel Pereira de Carvalho, ferreiro, por 120 ganchos de ferro que fez para dependurar a carne nos alougues" (ibidem, fo. 59r).
41. Aos 31 de maio de 1684, o Senado da Câmara pagou 3\$000 "ao official de carpinteiro Manoel Ferreira pelo conserto que fez na Cadeia e Enxovia desta Cidade com o auxílio de negros alugados" (ibidem, fo. 92r).
42. Aos 12 de setembro de 1685, o Senado da Câmara pagou 120\$250 "ao mestre ferreiro Antonio Madeira pelas grades de ferro que fez para a Cadeia nova" (ibidem, fo. 98v).
43. Aos 19 de maio de 1685, o Senado da Câmara pagou 8\$000 ao "pedreiro João da Costa Guimarães por obras na Casa da Câmara" (ibidem, fo. 114r) e "de concertos que fez nos telhados da Cadeia e da Câmara nova que ha de servir de Secretaria deste Senado e de tapamento buracos na Cadeia" (ibidem, fo. 114r).
44. Aos 21 de julho de 1685, o Senado da Câmara pagou 32\$760 "ao mestre ferreiro Antonio Madeira pela grade nova que fez e pelo conserto de uma grade velha" (ibidem, fo. 117v).
45. Aos 6 de agosto de 1687, o Senado da Câmara pagou 100\$000 "ao mestre pedreiro João da Costa Guimarães para o material necessário à continuação da obra da Casa da Câmara e da Cadeia" (ibidem, fo. 140v).
46. Aos 23 de dezembro de 1687, o Senado da Câmara pagou 48\$000 "ao mestre pedreiro João da Costa Guimarães por duas janelas de cantaria que fez na Cadeia desta Cidade" (ibidem, fo. 148r).
47. Aos 13 de novembro de 1687, o Senado da Câmara pagou 32\$000 "ao official de carpinteiro Belquior Moreira de Matos para continuar com a obra da Casa da Câmara e Cadeia nova e ter com que pagar os officiaes que o estão ajudando" (ibidem, fo. 142v).
48. Cfr. a anotação (43), onde se diz que estavam terminando com as obras de pedreiro na Secretaria do Senado da Câmara.
49. Aos 1º de dezembro de 1690, o Senado da Câmara pagou 21\$851 "ao mestre pedreiro Manoel Quaresma pela obra do conserto e telha do telhado da Casa da Câmara e Cadeia que fes" (ibidem, fo. 184v).
50. Aos 9 de julho de 1693, o Senado da Câmara pagou 20\$000 "ao serralheiro Manoel Pereira para continuar com a ferragem que esta fazendo para a obra da casa nova sobre a Cadeia que se esta fazendo para servir de Tribunal da Audiência e Conselho" (ibidem, fo. 219r). Aos 19 de junho de 1694, o Senado da Câmara pagou "o mestre serralheiro Manoel Pereira por trabalhos feitos em janelas da Casa da Audiência" (Arquivo Municipal do Salvador, Pagamentos pelo Senado 1693-1716, arm. 62, vol. 75, fo. 7v).
51. Aos 20 de julho de 1693, o Senado da Câmara pagou 40\$000 ao carapina Belquior Moreira de Matos pela obra que esta fazendo para a Casa da Audiência" (Arquivo Municipal do Salvador, Pagamentos pelo Senado 1691-1693, arm. 62, vol. 74, fo. 22v).
52. Aos 18 de maio de 1695, o Senado da Câmara pagou "Gaspar João por huma mesa que fez para servir de nella assistirmos as vereacoens nesta Senado" (Arquivo Municipal do Salvador, Pagamentos pelo Senado 1693-1716., vol. 745, fo. 16r).
53. Aos 23 de janeiro de 1697, o Senado da Câmara pagou José Rodrigues Marecos pelo trabalho "em três bufetes e huma caixa e da ferragem que mandou fazer os ditos bufetes" (ibidem, fo. 20v).
54. Aos 22 de fevereiro de 1698, o Senado da Câmara pagou 200\$000 "ao mestre pedreiro Inácio Teixeira Rangel pelas obras da Cadeia que arrematou" (ibidem, fo. 52r).
55. Aos 16 de agosto de 1698, pagaram ao mesmo mais 200\$000 "pelas obras da Cadeia" (ibidem, fo. 52r).
56. Aos 22 de outubro de 1698, pagaram mais 200\$000 ao mesmo "para poder conduzir materiais e meter officiaes para com brevidade acedir as obras da Cadeia que arrematou" (ibidem, fo. 55r).
57. Aos 19 de dezembro de 1699, pagaram ao mesmo 1.200\$000 "pelas obras de pedreiro e carapina na Cadeia" (ibidem, fo. 81r).
58. Aos 24 de setembro de 1698, o Senado da Câmara pagou 152\$000 "ao official de ferreiro João Moreira por duas grades do fes para a Cadeia desta Cidade" (ibidem, fo. 54r).
59. Aos 15 de novembro de 1698, o Senado da Câmara pagou 58\$560 "ao official de ferreiro Manoel Gonçalves Ferreira por huma grade de ferro que fes para a Cadeia desta Cidade" (ibidem, fo. 56v).
60. Aos 18 de dezembro de 1698, o Senado da Câmara pagou 37\$120 "a Antonio de Magalhães Lima por huma grade de ferro que fes para a Cadeia desta Cidade" (ibidem, fo. 62v).
61. Aos 16 de dezembro de 1699, o Senado da Câmara pagou 109\$020 "ao mestre carpinteiro Gabriel Ribeiro pelas obras no Açougue" (ibidem, fo. 80r).
62. Cfr. Anais da Biblioteca Nacional. Catálogo de documentos sobre a Bahia existentes na Biblioteca Nacional, vol. 68 (Rio 1949. Nros. 74 a 75).
63. Aos 16 de setembro de 1699, o Senado da Câmara pagou 260\$000 "a Manoel Soares Ferreira por treze grades de ferro que se puzeram nas janellas do Senado" (Arquivo Municipal de Salvador, Pagamentos de Senado 1616-1716, vol. 75, fo. 70v).
64. Aos 23 de janeiro de 1700, o Senado da Câmara pagou 78\$000 "ao mestre ferreiro Manoel Gonçalves Ferreira pelo conserto de grades" (ibidem, fo. 84v). — E, em 28 de janeiro do mesmo ano pagaram 50\$000 ao dito ferreiro" para principiar as grades de ferro na Cadeia" (ibidem, fo. 85r).
65. Em 21 de maio de 1701, o Senado da Câmara pagou 668\$000 "ao official de ferreiro Manoel Gonçalves Ferreira pelas grades da salla fechada" (ibidem, fo. 108v).

66. Aos 17 de dezembro de 1701, o Senado da Câmara pagou 27\$980 "a José Belem procedidos da figura que está posta na torre do sino da Cadeia desta Cidade e mais obras declaradas" (ibidem, fo. 119r).
67. Em 17 de dezembro de 1703, o Senado da Câmara pagou 733\$332 "ao mestre pedreiro Inácio Teixeira Rangel por obras na Casa da Câmara e Cadeia" (ibidem, fo. 160r).
68. Aos 27 de agosto de 1704, o Senado da Câmara pagou 22\$400 "a André Fernandes por sete tambores que fez" (ibidem, fo. 161r).
69. Aos 12 de novembro de 1712, o Senado da Câmara pagou 60\$000 "ao mestre carpinteiro José Carbalho pela obra na Cadeia das mulheres" (ibidem, 3336r). Em 26 de novembro de 1712, o Senado da Câmara pagou 60\$000 por "materiais e aluguel dos negros para trabalharem no concerto da Cadeia das mulheres" (ibidem, fo. 337r). Em 17 de dezembro de 1712, o Senado da Câmara pagou 67\$000 "ao mestre ferreiro Antonio Duarte pelo resto das grades da Cadeia das mulheres que fes" (ibidem, fo. 338r). Aos 9 de dezembro de 1712, o mesmo Senado pagou 9\$360 "ao mestre pedreiro, João Antunes dos Reis pelo resto da obra que fes na Cadeia das mulheres" (ibidem, fo. 340r). Em 30 de dezembro de 1712, o dito Senado pagou 96\$940 "ao mestre carpinteiro José Carvalho pelo resto da obra que fes de seu officio na Cadeia das mulheres e na torre do sino desta Cidade" (ibidem, fo. 341r).
70. Aos 3 de junho de 1722, "o mestre carpinteiro Antonio Vaz Pereira arrematou a obra do forro da Casa do Sagrado da Cadeia" (Arquivo Municipal do Salvador, Arrematações de obras 1720-1754, arm. 64, vol. 78, Nr. 15).
71. Aos 22 de janeiro de 1724, o marceneiro "Manoel de Souza Ribeiro arrematou a obra de dous armarios que este Senado manda fazer para guardar os livros e papéis pertencentes ao dito Senado pela quantia de 200\$000" (ibidem, Nr. 27).
72. Aos 16 de dezembro de 1733, o "mestre carpinteiro João de Miranda Ribeiro arrematou a obra de ferro, reboque e mais necessário da Casa da Audiência" (ibidem, Nr. 89).
73. Aos 2 de novembro de 1735, "o mestre carpinteiro João de Miranda Ribeiro arrematou os forros das Casaz da Secretaria do Senado, e da Audiência dos Almotaces" (ibidem, Nr. 101).
74. Em 17 de outubro de 1736 "o mestre pintor Antonio Simões Ribeiro arrematou por 120\$000 a pintura do forro da Salla grande das Verezoens do Senado da Câmara com as condicoens de pintor de gesso branco com colla de retalho, com filletes azues e vermelhos, e nos paineis do meyo as armas da Cidade e nos cantos do forro huns florens, e de fazer andaimes a sua conta" (ibidem, Nr. 116).
75. Aos 17 de novembro de 1736 no Senado da Câmara pagou 120\$000 "ao mestre pintor Antonio Simões Ribeiro pela pintura do forro da Salla grande da Vereasão do Senado da Câmara" (Arquivo Municipal do Salvador, Pagamentos pelo Senado 1728-1729, arm. 62, vol. 77, fo. 100v).
76. Aos 29 de abril de 1744, o Senado da Câmara pagou 470\$847 "ao mestre pedreiro Felipe de Oliveira Mendes pela obra de reboque e cornija que fes nas Casas da Câmara" (Arquivo Municipal do Salvador, Pagamentos pelo Senado 1739-1750, arm. 62, vol. 78, fo. 72r).
77. Aos 19 de abril de 1747, o Senado da Câmara pagou 389\$910 "ao mestre ferreiro Domingos Antonio da Cruz pelas grades e mais ferragens que fes para a segurança da Cadeia" (ibidem, fo. 125v).
78. Aos 2 de outubro de 1752, "Manoel da Silva de Araujo de Figueiredo arrematou as pinturas de vinte janellas das Casaz da Câmara portaes e soleyras fingidas de mármore preto" (Arquivo Municipal do Salvador, Arrematações de obras 1720-1754, ar. 64, vol. 78, Nr. 193).
79. Arquivo Municipal do Salvador, Pagamentos pelo Senado 1750-1762, vol. 79, fo. 99v.
80. Em 1º de outubro de 1794. somos informados que o mestre carpinteiro Antonio José da Rocha deu "a lista das madeiras que se fazião necessárias para a reedificação da Cadeia" (Arquivo Municipal do Salvador), (Arquivo Municipal do Salvador, Arrematações de obras 1784-1845, arm. 64, vol. 80, fo. 26r - v).
81. Aos 9 de setembro de 1795, o Governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal ordenou as Juiz de Fora e Vereadores da Villa de Cachoeira que além dos 12.000 cruzados que já emprestaram à Câmara da Cidade do Salvador para a construção da Cadeia desta Cidade, emprestassem, mais 20.000 cruzados para a dita obra" (Arquivo Público da Bahia, Cartas do Governo 1793-1796, vol. 23, fo. 232r - v).
82. Em 3 de junho de 1801, o Senado da Câmara pagou 51\$559 "a Cypriano Alvarez Barrozo, Medidor e Avaliador das obras de carpinteiro desta Cidade da Importância de hum cento da obra de carpintaria da reedificação da Cadêa" (Arquivo Municipal do Salvador, Pagamentos pelo Senado 1793-1805, arm. 62, vol. 84, fo. 201r).
83. Aos 17 de janeiro de 1816, o Senado da Câmara pagou 40\$000 "ao mestre pintor Alexandre de Souza Ribeiro que tanto se lhe deve da pintura que fes no Oratório de Santo Antonio da Cadeia e na mesma imagem" (Arquivo Municipal do Salvador, Pagamentos pelo Senado 1813-1820, arm. 62, vol. 82, fo. 189r).
84. Cfr. Arquivo Municipal de Salvador, Arrematações de obras 1784-1845, vol. 80, fes. 100r-101r.
85. Cfr. Rudolf Portner, Mit dem Fahrtstuhl in die Romerzeit, Berlim 1961, 32b, 288a-b 400a, 334, 144b.
86. Veja Diogo Angulo Iñigues-Henrique Marco Derta, Historia del arte hispano americana, tomo I, Barcelona 1945, passim.
87. Cfr. L. de Figueiredo da Guerra, Viana e Caminha, Porto 1929, as varandas da Misericórdia de Viana de Castelo. Alfredo Guimarães, Guimarães monumental, Porto 1930, e claustro de Convento de São Francisco de Guimarães.
88. Veja R. Smith, Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português (na Revista de Serviços de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 4 (Rio 1940) 209-249). Idem, As Artes na Bahia, 1ª parte: Arquitetura colonial, Bahia 1954, XVII-A.
89. Dom Clemente Maria da Silva — Nigra, Os dois esculptores Frei Agostinho da Piedade — Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João, Bahia 1971, 107-108.
90. Cfr. José Antonio Gonçalves de Mello, Cristovão Alvares — engenheiro em Pernambuco (na Revista do Patrimônio Histórico e Art. Nac. vol. 15 (Rio 1961) 31.

91. Veja Carlos Ott. A Santa Casa. 138, 34.
92. José Antonio Gonçalves de Mello, artigo cit. 29-30.
93. Veja Dom Clemente, Os dois esculptores. pág. 128, fig. 20.
94. Carlos Ott, A Santa Casa. 137-139, 34-35.
95. Ibidem, 142-143, 40-42.
96. Veja Rudolf Portner, obra citada, figura do pág. 32b.
97. Cfr. Câmara Municipal. Cidade do Salvador, Bahia 1952, 68.
98. Ibidem, 24.
99. Ibidem, 88.
100. Ibidem, 28, 32.
101. Ibidem, 36.
102. Ibidem, 40, 56, 84, 96 e 48.
103. Ibidem, 64.

FONTES CONSULTADAS

Arquivo Municipal da Cidade do Salvador

Arrematações de obras 1720-1754, arm. 64, vol. 78.
 Arrematações de obras 1784-1845, arm. 64, vol. 80.

Pagamentos pelo Senado 1681-1693, vol. 74
 Pagamentos pelo Senado 1693-1716, vol. 75
 Pagamentos pelo Senado 1728-1739, vol. 77
 Pagamentos pelo Senado 1739-1750, arm. 62, vol: 78
 Pagamentos pelo Senado 1750-1762, arm. 62, vol. 79
 Pagamentos pelo Senado 1793-1805, arm. 62, vol. 84
 Pagamentos pelo Senado 1813-1820, arm. 62, vol. 82

Arquivo Público da Bahia

Cartas do Governo 1793-1796, vol. 23.

BIBLIOGRAFIA

- AFFONSO. Rui – História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador. Bahia. 1953.
- ATAS, da Câmara da Cidade do Salvador – 1650-1661. Bahia, vol. 4, 1949.
 – 1669-1684. Bahia, vol. 5, 1950.
- AS ATAS, capitulares da Província Franciscana de Santo Antonio do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio, vol. 286, 1970.
- BARRETO, Paulo Thedin – Casas de Câmara e Cadeias. In: *Revista do IPHAN Salvador, 11 (9sg)*.
- CALDAS, José Antonio – *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Edição fac-similar. Bahia, 1951.
- CÂMARA, Municipal de Salvador. Bahia, 1952.
- CATÁLAGO de Documentos sobre a Bahia existentes na Biblioteca Nacional.
- DERTA, Henrique Marco & IÑIGUES – *História del Arte hispano – Americano*. Barcelona, Tomo I, 1945.
- DOCUMENTOS, históricos publicados pela Biblioteca Nacional. Rio. vols. 13 e 14 1929; vol. 15 – 1930; vol. 37 – 1937
- GUERRA, L. de Figueredo – *Vianna e Caminha*. Porto, 1929.
- GUIMARÃES, Alfredo – *Guimarães Monumental*. Porto, 1930.
- IÑIGUES, Diogo Angulo & DERTA, Henrique Marco – *História del Arte hispano americano* Barcelona, Tomo I, 1945.
- MELLO, José Antonio Gonçalves Cristovão Alvares – En em Pernambuco. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio, vol. 15, 1961-70.
- OTT, Carlos – O Forte do Mar na Bahia. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio. (13): 83-108, 1956.

A Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Salvador. Rio, 1960.

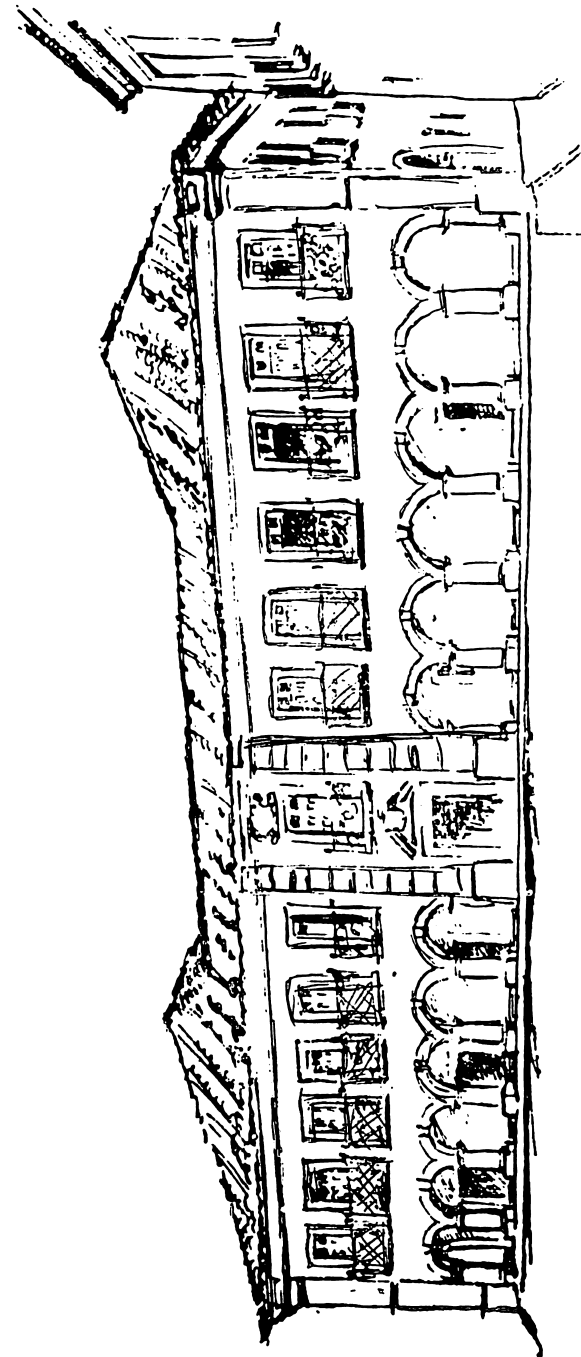
Quem construiu o Paço Municipal de Salvador. In: *A TARDE*. Salvador, 2/5/1970.

PORTNOR, Rudolf – *Mit dens Fahrstuhl*. In: *Die Romerzeit*. Berlin, 1961.

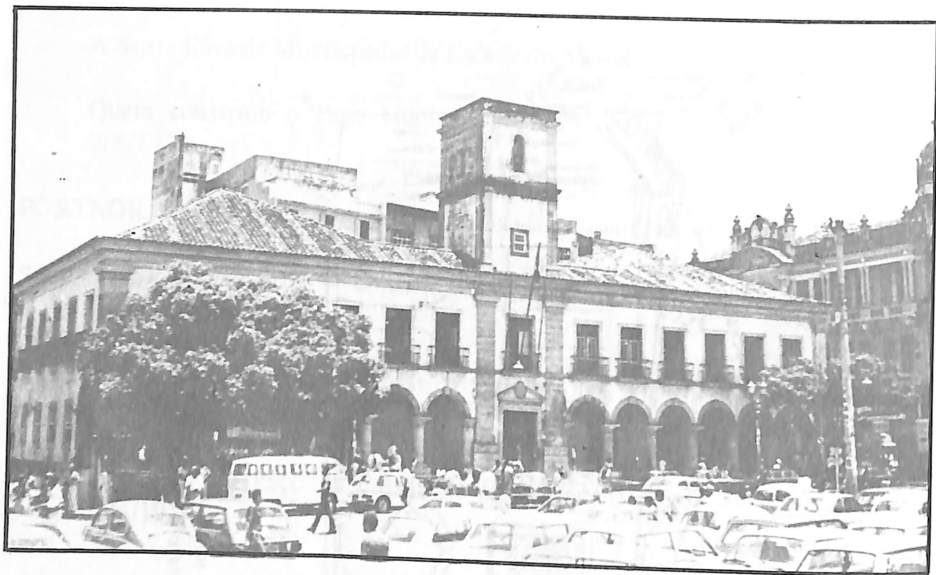
SILVA NIGRA, Clemente – *Construtores do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, Bahia. 1950.

Francisco de Frias da Mesquita, In: *Revista do Patrimônio Hist. e Art. Nac.*, Rio. vol. 5-9-84, 1945.

O Paço da Cidade do Salvador. In: *Diário de Notícias*. Bahia, 29/3/1970.



A Casa da Câmara, em 1673, sem torre
(Reconstrução feita por Jorge Alberto Nonato Almeida)



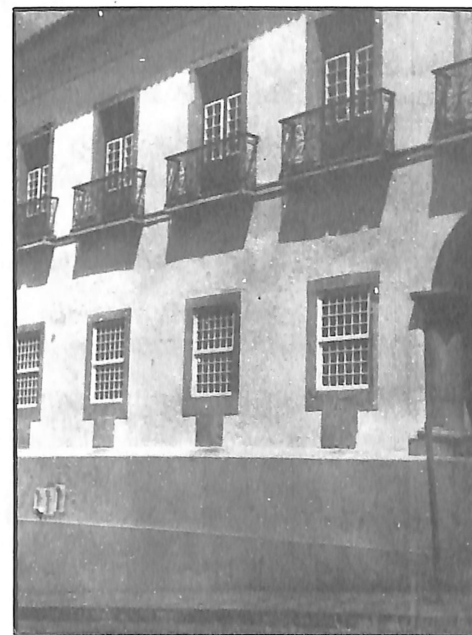
A Casa da Câmara, construída segundo o projeto do arquiteto Marcos da Mesquita Ferreira.



Parte central da Casa da Câmara.



A bela colunata da Casa da Câmara, construída entre 1663-1673 por Frutuoso de Araujo.



*Vista lateral esquerda da Casa da Câmara
(repare os "lencoes" de pedra de cantaria debaixo das janelas).*

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS BAIANOS

- 0 - REGISTRO do testamento com que faleceu em 9 de julho de 1887 Dona Raimunda Porcina de Jesus. Testamenteiro, Cosº Antº Carneiro da Rocha. Salvador, C.E.B., s.d. 5F. (mimeog.)
- 1 - SANTIAGO, Anfrisia. *Capelas antigas da Bahia*. Salvador, C.E.B., 1951. 12p.
- 2 - SOUZA, Affonso Ruy de. *O primeiro teatro do Brasil*, documentos de 1733 sobre o Teatro da Câmara da Cidade do Salvador. Salvador, C.E.B., s.d. 8p.
- 3 - CALASANS, José. *Um discurso de Silvio Romero*. Salvador, C.E.B. 1951. 9p.
- 4 - EDELWEISS, Frederico G. *O príncipe de Joinville no Brasil*. Salvador, C.E.B., 1951. 12p. il.
- 5 - NEESER, Hermann. *A colônia leopoldina, 1858*. Salvador, C.E.B., 1951. 9p.
- 6 - EDELWEISS, Frederico G. *O cacau na economia brasileira*. Salvador, C.E.B., 1951. 6p.
- 7 - SILVA, Alberto. *O cronista e a crônica do Brasil*, documentos seiscentistas sobre o assunto. Salvador, C.E.B., 1951. 8p.
- 8 - TEIXEIRA, Cid. *Um depoimento diplomático*, correspondência do Consul Americano, 1821-1825. Salvador, C.E.B., 1951. 10p.
- 9 - SOUZA, Affonso Ruy de. *Amor de príncipes*, diário do tenente Maurice Touchard, 1843. Salvador, C.E.B., 1951. 12p.
- 10 - SILVA, Alberto. *O processo dos eclesiásticos da Inconfidência Mineira*, sentença conhecida. Salvador, C.E.B., 1951. 10p.
- 11 - SOUZA, Affonso Ruy de. *Estadistas bahianos do Imperio*. Salvador, C.E.B., 1951. 14p.
- 12 - SILVA, Alberto. *Um documento inedito sobre as fortificações da Cidade do Salvador*. Salvador, C.E.B., 1952. 9p.
- 13 - LIMA, José. *Padroeiros da Cidade do Salvador*. Salvador, C.E.B., 1952. 12p.
- 14 - CALASANS, José. *A guerra de Canudos na poesia popular*. Salvador, C.E.B., 1952. 15p.

- 15 - NEESER, Hermann. *Sobre a campa brazonada no Convento do Carmo*. Salvador, C.E.B., 1952. 6p.
- 16 - SILVA, Alberto. *Um 'diário' inédito sobre a Bahia*. Salvador, C.E.B., 1952. 8p.
- 17 - COSTA, Luiz Monteiro da. *Construções navais da Bahia no século 17*. Salvador, C.E.B., 1952. 17p.
- 18 - MATTOS, Waldemar. *Contribuição ao estudo da sesmaria no Brasil*. Salvador, C.E.B., 1953. 18p.
- 19 - TEIXEIRA, Cid. *Contribuição ao estudo dos morgados em Portugal e no Brasil*. Salvador, C.E.B., 1953. 11p.
- 20 - COSTA, Luiz Monteiro da. *O forte que foi arrematado em hasta pública*. Salvador, C.E.B., 1953. 19p.
- 21 - SOUZA, Affonso Ruy de. *Um agitador baiano: Cipriano Barata de Almeida*. Salvador, C.E.B., 1953. 12p.
- 22 - PRINCIPE, Antonio Carlos Brochado. *Contribuição ao estudo do ciclo de festas tradicionais da Bahia*. Salvador, C.E.B., s.d. 14p.
- 23 - BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. *O pregoeiro da República*, Virgílio Climaco Damasio. Salvador, C.E.B., s.d. 10p.
- 24 - WILDBERGER, Arnold. *A Bahia de 1676 vista por um médico francês*. Salvador, C.E.B., s.d. 21p.
- 25 - VIANA, Antonio. *Crônicas da Bahia*. Salvador, C.E.B., s.d. 11p.
- 26 - GUIMARÃES, Archimedes Pereira. *Esplendor e agonia do Instituto Bahiano de Agricultura, 1859-1902*. Salvador, C.E.B., 1954. 16p.
- 27 - CALASANS, José. *Achegas ao estudo do romanceiro político nacional*. Salvador, C.E.B., s.d. 11p.
- 28 - SILVA, Alberto. *A lenda de Sumé na historiografia bahiana*. Salvador, C.E.B., s.d. 12p. il.
- 29 - COSTA, Luiz Monteiro da. *'O engenheiro jesuita Stafford, confessor do Marquês de Montalvão', apontamentos para a história do primeiro vice-rei do Brasil*. Salvador, C.E.B., 1954. 23p.
- 30 - VALLADARES, José. *Arte brasileira, publicações de 1943-1953*. Bibliogr. coment. com ind. rem. Salvador, C.E.B., 1955. 78p.
- 31 - BARBOSA, Manoel de Aquino, Cônego. *O sitio do arraial e da sepultura de D. Marcos Teixeira, o Bispo soldado*. Salvador, C.E.B., s.d. p.79-119

- 32 - BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. *A Bahia nas câortes gerais de Lisboa de 1821*. Salvador, C.E.B., s.d. 28p.
- 33 - VIANNA, Hildegardes. *A proclamação da Republica na Bahia, aspectos folclóricos*. Salvador, C.E.B., s.d. 18p.
- 34 - GUIMARÃES, Archimedes Pereira. *Primordios do ensino da quimica na Bahia*. Salvador, C.E.B., s.d. 7p.
- 35 - BRITO, Manuel Joaquim de Souza. *Cantos e festas populares*. Salvador, C.E.B., 1957. 20p.
- 36 - EDELWEISS, Frederico G. *Dois caudilhos, como os viu o consul inglês Ernest Hambloch*. Salvador, C.E.B., 1958. 10p.
- 37 - ABREU, George. *Curiosidades da Cidade do Salvador no seculo XVII*. Salvador, C.E.B., s.d. 22p.
- 38 - AMORIM, Deolindo. *A Bahia nos gabinetes ministeriais da Monarquia*. Salvador, C.E.B., s.d. 19p.
- 39 - VIANA, Ângela Maria A. Martins. *Lápides da Igreja de Santa Teresa*. Salvador, C.E.B., 1960. 12p.
- 40 - TAUNAY, Affonso d'Escagnole. *Um sueco na Cidade do Salvador, 1756*. Salvador, C.E.B., 1960. 13p.
- 41 - SOUZA, Affonso Ruy de. *Contribuição ao estudo das manifestações corporativas na Bahia do século XVII*. Salvador, C.E.B., 1960. 18p.
- 42 - SOUSA, Deraldo Inácio de. *Bibliotecas da Bahia - 1952, contribuição para um inquérito cultural*. Salvador, C.E.B., 1960. 31p.
- 43 - EDELWEISS, Frederico G. *A visita de Maximiliano da Áustria à Bahia*. Salvador, C.E.B., 1961. 20p.
- 44 - SAMPAIO, Bernardo Pedral. *Lingua portuguesa no Brasil, modalidades de falar nos estados da Bahia e São Paulo*. Salvador, C.E.B., 1961. 54p.
- 45 - CALASANS, José. *Lulú Parola e os acontecimentos políticos de 1891*. Salvador, C.E.B., 1967. 13p.
- 46 - SOUZA, Affonso Ruy de. *Bahia, 1842...* Salvador, C.E.B., 1967. 8p.
- 47 - COSTA, Luiz Monteiro da. *Um manuscrito raro, holandeses na Bahia em 1638*. Salvador, C.E.B., 1967. 7p.
- 48 - AMORIM, Deolindo. *Tradições comerciais da Bahia, |1. Quartel do século XX*. Salvador, C.E.B., 1968. 11p.

- 49 - MORENO, Diogo de Campos. *A Bahia no livro do Sargento-Mor*, Livro que dá razão ao Brasil - 1612. Salvador, C.E.B., 1968. 16p.
- 50 - SANTIAGO, Anfrísia. *D. Raimunda Porcina de Jesus*, a chapadista. Salvador, C.E.B., 1968. 16p.
- 51 - CARVALHO FILHO, Aloysio de. *Um depoimento para a história*. Salvador, C.E.B., 1968. 12p.
- 52 - SOUZA, Affonso Ruy de. *A relação da Bahia*, contribuição para a história judiciária do Brasil. Salvador, C.E.B., 1969. 14p.
- 53 - COELHO, Antônio Alves. *Contribuição ao estudo das artes brasileiras*, quatro artistas baianos. Salvador, C.E.B., 1969. 14p.
- 54 - CARVALHO FILHO, Aloysio de. *Coelho Netto e a Bahia*. Salvador, C.E.B., 1969. 27p.
- 55 - SOUZA, Affonso Ruy de. *Xisto Bahia*, símbolo do teatro baiano, uma tentativa biográfica. Salvador, C.E.B., 1969. 16p.
- 56 - CALASANS, José. *Notícias de Antônio Conselheiro*. Salvador, C.E.B., 1969. 12p.
- 57 - EDELWEISS, Frederico G. *Camarajipe, lagoa do Abaité*. Salvador, C.E.B., 1969. 12p.
- 58 - SALLES, David. *Bibliografia de & sobre Xavier Marques*. Salvador, C.E.B., 1969. 12p.
- 59 - EDELWEISS, Frederico G. *Achegas cronológicas para a história do farol no forte de Santo Antônio da Barra*. Salvador, C.E.B., 1969. 12p.
- 60 - CERQUEIRA, Paulo Pedreira de. *Visconde do Rio Branco*. Salvador, C.E.B., 1969. 15p.
- 61 - COELHO, Antônio Alves. *Contribuição ao estudo das artes brasileiras*, quatro artistas baianos, II. Salvador, C.E.B., 1969. 16p.
- 62 - CALASANS, José. *Juarez Távora na Bahia*. Salvador, C.E.B., 1969. 8p.
- 63 - BARRETO, Filinto Elysis do R. *O Comendador Antônio Francisco de Lacerda e a evolução dos transportes urbanos na Cidade do Salvador*. Salvador, C.E.B., 1969. 10p.
- 64 - PERES, Fernando da Rocha. *Os filhos de Gregório de Mattos e Guerra*. Salvador, C.E.B., 1969. 10p.

- 65 - AGUIAR, Manoel Pinto de. *História de um Banco*. Salvador, C.E.B., 1970. 15p.
- 66 - FLEXOR, Maria Helena. *Noções de paleografia*. Salvador, C.E.B., 1970. 15p.
- 67 - SIMÕES, Isa Maria Drummond. *Três figuras literárias da Bahia*. Salvador, C.E.B., 1971. 28p.
- 68 - MARIANI, José Bonifácio de Abreu. *Povoamento da Bahia: século XVI*. Salvador, C.E.B., 1971. 19p.
- 69 - ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA. *Ata de fundação*. Ed. facsim. Salvador, C.E.B., 1971. 10p.
- 70 - MAGALHÃES NETO, Francisco Peixoto de. *Reminiscências*. Salvador, C.E.B., 1971. 14p.
- 71 - MACHADO NETO, Zahidé. *Quadro sociológico da 'civilização' do Recôncavo*. Salvador, C.E.B., 1971. 15p.
- 72 - TAVARES, Luis Henrique Dias. *O desembarque da Pontinha*. Salvador, C.E.B., 1971. 16p.
- 73 - CALASANS, José. *Bahia, primeira capital do Brasil, 1549-1763*. Salvador, C.E.B., 1972. 10p.
- 74 - GODOFREDO FILHO. *Dimensão histórica da visita do Imperador à Feira de Santana*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1976. 29p.
- 75 - AZEVEDO, Thales de. *Feira de Sant'Ana, passado e presente*. Salvador, C.E.B., UFBA, 1976. 9p.
- 76 - FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *As contribuições originais da 'Escola Tropicalista Bahiana'*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1976. 6p.
- 77 - QUADROS, Consuelo Novais Soares de. *Formação do regionalismo no Brasil, Bahia e São Paulo no séc. XIX*. Salvador, C.E.B., UFBA., UFBA., 1977. 20p.
- 78 - NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *'Letras de risco' e 'Carregações' no comércio colonial da Bahia, 1660-1730*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1977. 43p. tab.
- 79 - SENA, Consuelo Pondé de. *Portugueses e africanos em Inhambupe, 1750-1850*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1977. 21p. quadros.
- 80 - LUDWIG, Selma C. *A Escola de Belas Artes cem anos depois*. Salvador, C.E.B., UFBA, 1977. 17p.

- 81 - GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Aspectos econômicos do episódio de Canudos*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1977. 30p.
- 82 - OTT, Carlos. *História da igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1978. 34p.
- 83 - EDELWEISS, Frederico G. *Frei Martinho de Nantes, capuchinho bretão, missionário e cronista em terras baianas*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1979. 68p.
- 84 - VIANNA, Antônio. *Quintal de nagô e outras crônicas*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1979. 46p.
- 85 - MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX, uma fonte para o estudo de mentalidades*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1979. 53p. tab.
- 86 - PINHO, José Wanderley de Araújo. *Carta de guia de licenciado*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1979. 32p.
- 87 - EDELWEISS, Frederico G. *José de Alencar, o tupinista segundo as notas ao romance de 'Iracema'*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1979. 39p.
- 88 - TRINDADE - SERRA, Ordep J. *Estrofes e antístrofes, o andamento do drama ritual no culto do candomblé da Bahia*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1980. 38p.
- 89 - CASTRO, Yeda Pessoa de. *Os falares africanos na interação social do Brasil colônia*. Salvador, C.E.B., UFBA., 1980. 26p. mapas.
- 90 - CATÁLOGO das obras raras e valiosas, Biblioteca Frederico Edelweiss; org. por Angela Braga. Salvador, C.E.B., UFBA, 1981. 90p.
- 91 - PEDREIRA, Pedro Tomás. *O rio Paraguaçu e a sua navegação*. Salvador, C.E.B., UFBA, 1981. 23p. mapa.
- 92 - EDELWEISS, Frederico G. *Antroponímia patriótica da independência*. Salvador, C.E.B., UFBA, 1981. 26p.

